



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**“MORFOLOGIAS URBANAS DO MEDO:
A MATERIALIZAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA EM BAIROS
NOBRES DO RECIFE.”**

LUCIANA MARIA DA CRUZ

**RECIFE
MARÇO / 2010**

LUCIANA MARIA DA CRUZ

**“MORFOLOGIAS URBANAS DO MEDO:
A MATERIALIZAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA EM BAIRROS
NOBRES DO RECIFE.”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia junto ao Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação do professor Dr. Alcindo José de Sá e Co-orientação do professor Dr. José Luiz Ratton.

**RECIFE
MARÇO / 2010**

Cruz, Luciana Maria da

“Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in) segurança em bairros nobres do Recife” / Luciana Maria da Cruz. – Recife: O Autor, 2010.

102 folhas: il., fig., gráf., mapas e quadro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.

Inclui: bibliografia, apêndices e anexo.

1. Geografia. 2. Violência urbana. 3. Medo. 4. Segurança pública. 5. Segurança privada. I. Título.

911

CDU (2. ed.)

UFPE

910

CDD (22. ed.)

BCFCH2010/28

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCIANA MARIA DA CRUZ

Título: “MORFOLOGIAS URBANAS DO MEDO: A MATERIALIZAÇÃO DA (IN) SEGURANÇA EM BAIROS NOBRES DO RECIFE”

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: _____


Prof. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

1º. Examinador: _____


Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (UFCE)

2º. Examinador: _____


Prof. Dr. Jan Bitoun (UFPE)

APROVADA em 18 de março de 2010.

Aos meus pais, Geraldo e Da Paz, base fundamental.

*À sua memória, Fernando, meu irmão, que certamente
continua vibrando por todas as minhas conquistas.*

Agradecimentos

O maior perigo que se coloca para o agradecimento seletivo não é decidir quem incluir, mas decidir quem não mencionar. Portanto, mencionarei aqueles que contribuíram diretamente para a realização desta pesquisa, reconhecendo, contudo, a importância dos que contribuíram indiretamente.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que iluminou meu caminho para que chegasse a este momento.

Em seguida, agradeço a meus pais, Geraldo e Da Paz, que são à base da construção do meu conhecimento sobre o mundo. As minhas irmãs, Janaina e Fabiana pelo apoio, em especial a esta última por me auxiliar no árduo trabalho de campo.

Aos moradores entrevistados nos bairros estudados que, mesmo numa época de medo e desconfiança, abriram suas portas a uma pessoa estranha para auxiliar na construção desta pesquisa.

Aos Professores, Alcindo José de Sá, meu orientador, pelo seu constante otimismo, confiança e pela sua valiosa contribuição intelectual e José Luiz Ratton, meu co-orientador, por sua prestatividade, seriedade e preciosa contribuição intelectual.

Aos Professores José Borzachiello da Silva e Jan Bitoun por me darem a honra de compor a banca examinadora.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia e aos demais professores do departamento de Geografia que contribuíram para minha formação profissional.

Ao Sr. Bernardo D'Almeida da SDS, pela concessão da entrevista que compõe este trabalho.

Ao CNPQ pela concessão da bolsa, elemento importante ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos de mestrado, que compartilharam das mesmas angústias e aflições, em especial a Keilha Correia, pela sua constante prestatividade.

Aos amigos pessoais, os quais não citarei nomes para não me deixar cair na injustiça do esquecimento.

Enfim, a todos que tornaram possível o cumprimento de mais uma meta em minha vida, muito obrigada!

"O mundo não está ameaçado pelas más pessoas, mas sim por aqueles que permitem a maldade."

Albert Einstein

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda de Empresa de Segurança Eletrônica (SEAPP).....	40
Figura 2 - Propaganda de Empresa de Segurança Eletrônica (Grupo NE).....	40
Figura 3 - Edif. com equipamento de segurança em Boa Viagem	50
Figura 4 – Casa com equipamento de segurança em Boa Viagem	50
Figura 5 - Casa com equipamento de segurança em Casa Forte	50
Figura 6 - Edif. com equipamento de segurança em Casa Forte	50
Figura 7 - Residência em Casa Forte.....	50
Figura 8 – Condomínio em Boa Viagem.....	50
Figura 9 - Logomarca de Empresa de Segurança (Grupo NE).....	64
Figura 10 - Logomarca de Empresa de Segurança (SEAPP)	64
Figura 11 - Logomarca de Empresa de Segurança (Grupo SEG).....	64
Figura 12 - Propaganda de Imóvel Residencial	65
Figura 13 - Favela Entra Apulso em Boa Viagem	67
Figura 14 – Sistema de vigilância 24h – Boa Viagem	79
Figura 15 - Residência com concertina e cerca elétrica - Casa Forte	79
Figura 16 – Câmera de vídeo - Boa Viagem	79
Figura 17 - Câmeras de vídeo em condomínios no bairro de Casa Forte	82
Figura 18 – Câmera de vídeo em condomínios no bairro de Casa Forte	82
Figura 19 - Cerca elétrica no Edifício em construção em Boa Viagem	82
Figura 20 – Cerca elétrica no Edifício em construção em Casa Forte	82
Figura 21 - Elevação de guarita no bairro de Boa Viagem	83
Figura 22 - Portão duplo no bairro de Boa Viagem	83

LISTA DE GRÁFICOS

Graf. 1 – Distribuição do faturamento mundial da segurança privada em 2004.....	4
Graf. 2 - Número de vigilantes e policiais por habitantes em países da Europa em 2003	4
Graf. 3 – Número de vigilantes por habitantes no Brasil de 2002 a 2005.....	43
Graf. 4 - Número de habitantes por Policiais Militares no Brasil de 2003 a 2006.....	43
Graf. 5 - Número de Mortes por Agressão e Crimes Violentos Letais Intencionais	56
Graf. 6 - Número mensal de vítimas por crime violento letal e intensional em Recife no ano de 2008 e até nov. de 2009	56
Graf. 7 - Taxas de crimes violentos contra o patrimônio – Região Metropolitana do Recife 2007 e 2008	57
Graf. 8 – Ocorrências e variação das taxas de CVP (jan a out) 2008/2009 – Território da capital	57
Graf. 9 - Número de Policial Militar por habitantes em Pernambuco de 2003 a 2007	59
Graf. 10 - Caracterização do público abordado no bairro de Boa Viagem	69
Graf.11 – Caracterização do publico abordado no bairro de Casa Forte	69
Graf. 12 - Percepção temporal da violência do público abordado em Boa Viagem	7
Graf. 13 – Percepção temporal da violência do público abordado em Casa Forte	72
Graf. 14 - Principais meios de comunicação através do qual se tem contato com o assunto violência em Boa Viagem	73
Graf. 15 – Principais meios de comunicação através do qual se tem contato com o assunto violência em Casa Forte	73
Graf. 16 - Lugares mais temidos segundo a opinião do público questionado em Casa Forte ..	74
Graf. 17 - Lugares mais temidos segundo a opinião do público questionado em Casa Forte ..	74
Graf. 18 - Número de ocorrências por modalidade de crime do público abordado no bairro de Boa Viagem.....	75
Graf. 19 - Número de ocorrências por modalidade de crime do público abordado no bairro de Casa Forte.....	75
Graf. 20 - Opinião sobre as medidas da segurança pública para o controle da violência em Boa Viagem	77
Graf. 21 - Opinião sobre as medidas da segurança pública para o controle da violência em Casa Forte.....	77
Graf. 22 - Fatores socio-espaciais que influenciam a sensação de medo da população em Boa Viagem	78

Graf. 23 – Fatores socio-espaciais que influenciam a sensação de medo da população em Casa Forte	78
Graf. 24 - Incidência do artigos de segurança nas residências so público abordado no bairro de Boa Viagem	80
Graf. 25 - Incidência do artigos de segurança nas residências so público abordado no bairro de Casa Forte	80
Graf. 26 - Principais motivos para a aquisição dos aparatos de segurança em Boa Viagem ..	81
Graf. 27 – Principais motivos para a aquisição dos aparatos de segurança em Casa Forte	8
Graf. 28 - Hábitos empregados no cotidiano por medo da violência em Boa Viagem	84
Graf. 29 - Hábitos empregados no cotidiano por medo da violência em Casa Forte	84

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Descrição dos códigos dos serviços de segurança – CNAE 2.0.....	64
Tab. 1 - Relação entre batalhões (número de efetivo) e população da área abrangida no Estado de Pernambuco	60
Tab. 2 - Índices de Desigualdade por Unidades de Desenvolvimento Humano	67

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Bairros com maior ocorrência de CVP e CVLI	58
Mapa 2 - Batalhões	59
Mapa 3 - Localização e Renda	66
Mapa 4 - Sistema viário e pontos de coleta de questionários no bairro de Casa Forte	70
Mapa 5 - Sistema viário e pontos de coleta de questionários no bairro de Boa Viagem	7

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABESE: Associação Brasileira das Empresas de Segurança Eletrônica

ABSEG: Associação Brasileira de Profissionais da Segurança

AESE/PE: Associação das Empresas de Segurança Eletrônica de Pernambuco

CNAE: Classificação Nacional de Atividade Econômica

CVLI: Crimes Violentos Letais Intencionais

CVP: Crimes Violentos contra a Propriedade

DATASUS: Banco de dados do Sistema Único de Saúde

DF: Defensoria Pública

ESSEG: Estudo do Setor de Segurança Privada

FENAVIST: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de valores

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHA: Índice de Homicídio na Adolescência

JC: Jornal do Commercio

MC: Ministério das Cidades

MJ: Ministério da Justiça

MP: Ministério Público

PC: Polícia Civil

PCC: Primeiro Comando da Capital

PF: Polícia Federal

PJ: Polícia Judiciária

PM: Polícia Militar

PPV: Pacto Pela Vida

PRF: Polícia Rodoviária Federal

PRONASCI: Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania

QSPA: Quadrante de Segurança da Polícia Amiga

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

RMR: Região Metropolitana do Recife

SDS: Secretaria de Defesa Social

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIM: Sistema de Informação sobre Mortalidade

SISVIP: Sistema Nacional de Vigilância e Segurança Privada

UDH: Unidade de Desenvolvimento Humano

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

URB/REC: Empresa de Urbanização do Recife

RESUMO

Este trabalho propõe discutir como o medo causado pela crescente violência tem sido um fator relevante na estruturação do espaço urbano, através da privatização da segurança e da proliferação dos aparatos de proteção residencial. Trata-se de um problema que atinge as diversas camadas da população, no entanto, se torna mais evidente em bairros que abrigam populações de média e alta renda, por serem o público alvo dos serviços privados. As mudanças materiais alteram também as ações sociais e a cidade fragmenta-se em espaços constantemente vigiados e espaços estigmatizados como inseguros, estes últimos, geralmente, abrigam populações de baixa renda, trazendo a tona velhos mitos e preconceitos. No Brasil esse fenômeno é agravado por uma profunda desigualdade social, fator gerador de uma violência estrutural excludente, que aliado a fatores de ordem político-econômico-cultural instaura um novo padrão de convívio sócio-espacial. Ergue-se muros visíveis e invisíveis que tornam ainda mais evidentes a desigual configuração sócio-territorial das cidades brasileiras. A cidade do Recife, conhecida como uma cidade violenta, materializa em sua paisagem o medo da população. Tudo é justificável em nome da segurança: as grades, as câmeras, a intolerância, etc. Os altos índices de criminalidade e a falta de confiança na segurança pública reforçam esse discurso favorecendo assim o crescimento do setor privado da segurança. E enquanto trava-se uma verdadeira guerra contra a criminalidade e a violência de um modo geral, o medo desta permanece imbatível comandando as ações sociais e a construção das habitações fortificadas e dos espaços de exclusão.

Palavras chaves: Violência, medo, segurança privada, segurança pública, Recife.

ABSTRACT

This paper aims to discuss how the fear caused by the increasing violence has been a factor in the structuring of urban space, through the privatization of security and the proliferation of personal safety equipment home. This is a problem that affects all levels of the population, however, becomes more evident in middle and high-class zones because they are the target audience of private services. The material changes also amend the social actions and broken up the city into monitored spaces and stigmatized spaces, where, usually, lives low-income population, bringing out old myths and prejudices. In Brazil, this phenomenon is compounded by deep social inequality, generating factor of a structural and exclusion violence that together with political-economic-cultural factors set up a new pattern of social and living space. Raising in the Brazilian cities visible and invisible walls that make it even more evident in unequal their socio-territorial configuration. The city of Recife, known as a violent city, materializes in your landscape the population fears. Everything is justified in the name of security: the iron bars, cameras, intolerance, etc. The high rates of crime and lack of confidence in public security reinforce this discourse favoring the growth of private security. And while everyone are engaging in a real war against crime and violence in general, the fear that remains unbeaten commanding social activities and the construction of fortified dwellings and spaces of exclusion.

Key words: Violence, fear, private security, public security, Recife city.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. GEOGRAFIA, VIOLÊNCIA E MEDO	21
1.1 <i>Violência e Medo na Cidade</i>	21
1.2 <i>A Violência da Globalização</i>	25
1.3 <i>A Ordem do Medo e a Construção do Imaginário</i>	26
1.4 <i>As Categorias de Análise da Geografia e sua Aplicabilidade nos Estudos sobre a Violência</i>	30
1.4.1 <i>Considerações acerca do objeto da Geografia: o Espaço</i>	31
2. OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	35
2.1 <i>Segurança Pública X Segurança Privada</i>	35
2.1.1 <i>A Indústria da Segurança</i>	39
2.2 <i>Espaço Público X Espaço Privado</i>	46
2.2.1 <i>Fragmentação espacial e a proliferação das habitações fortificadas</i>	49
3. DA SENSACÃO DE INSEGURANÇA À MATERIALIZAÇÃO DA SEGURANÇA: UM ESTUDO DE CASO EM BAIROS NOBRES DO RECIFE	55
3.1 <i>Segurança e Violência no Estado e Região Metropolitana</i>	56
3.2 <i>Caracterizando as Áreas de Estudo e o Público Pesquisado</i>	66
3.3 <i>Violência Real e Imaginário do Medo: a percepção dos moradores dos bairros de Casa Forte e Boa Viagem sobre a Violência e a Segurança na Cidade</i>	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A - Questionário	97
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	100
ANEXO A - Relação das Empresas de Segurança Privada de Pernambuco	102

Introdução

Atualmente, ao se estudar qualquer fenômeno sócio-espacial, principalmente os fenômenos urbanos, é imprescindível atentarmos para a questão da violência e do medo. Pois, como pensar em saúde, educação, habitação, trabalho, turismo, cidadania, sem considerar que vivenciamos um período em que milhões de pessoas são mortas por armas de fogo? Como tentar fazer progredir uma sociedade que se destrói em defesa de interesses individuais?

Neste contexto, trabalhos que tentam apreender os fatores que norteiam a questão da violência e do medo são muito relevantes, pois a discussão sobre a problemática envolve vários temas que podem ser estudados isoladamente e por diversos ramos do conhecimento. O intuito deste trabalho é tentar desvendar as conexões entre os principais, ou mais evidentes, aspectos envolvidos e suas implicações para o objeto da geografia: o espaço. Através da ciência geográfica tanto é possível compreender os fenômenos sociais através do espaço como é possível compreender a configuração espacial resultante dos processos sociais. Para tanto, faz-se necessário dialogar com outras ciências como a sociologia, a antropologia, a história, a arquitetura, etc. Sem, no entanto, perder de vista aquilo que caracteriza a geografia enquanto ciência autônoma, a junção entre o físico e o humano, a materialidade e a imaterialidade e a percepção de uma coexistência entre temporalidades diferentes no espaço. Sendo assim, a palavra “morfologia” utilizada neste trabalho está inspirada no conceito da arquiteta Geórgia Butina (1987) para quem a morfologia urbana constitui um método de análise que investiga os componentes físico-espaciais e sócio-culturais da forma urbana e de como eles variam em função do tempo. Logo, não nos interessa a forma por si só, mas pelo fato de exprimirem as relações sociais e de constituírem os indícios materiais de mudanças temporais.

A ciência geográfica através da noção de “totalidade espacial” pode auxiliar na compreensão deste fenômeno tão complexo. Segundo Santos (2008a) para entendermos a totalidade, precisamos entender primeiro que esta não é apenas a soma das partes de um todo, mas ao contrário, só a totalidade é capaz de explicar como essas partes funcionam em conjunto. Portanto, a totalidade é produto, representado pela paisagem e configuração territorial, e também processo em constante movimento (totalização). A partir disso, tem-se o desafio de tentar estabelecer as conexões entre os fenômenos sociais e o espaço físico, de

tentar apreender a unidade na diversidade, uma organização em meio à aparente desorganização sócio-espacial.

As ações humanas transformam o espaço e este, por sua vez, condiciona tais ações. Sendo assim, ao longo da História percebemos que, construir e quebrar muros, fragmentar, segregar, são processos que configuram a cidade. As formas espaciais resultam de processos que unem o passado e o presente, o velho e o novo, e assim refletem a organização da sociedade. Portanto, indago a seguinte questão: que tipo de cidade se está construindo para o futuro? No período histórico atual, globalizado, marcado pelo que Milton Santos intitulou de meio técnico-científico-informacional (2005) o Espaço geográfico tem sofrido profundas transformações nas suas formas e funções, devido a diversos fatores de ordem econômica, política e sócio-cultural. Em meio a uma espantosa evolução das técnicas constitui-se uma nova esfera do agir social, no qual, a competição e o individualismo ampliam a dicotomia entre inclusos e exclusos.

No Brasil, essa dicotomia é agravada por problemas estruturais históricos, como a grande desigualdade social, fruto de um sistema político-econômico corrompido. A crescente violência urbana se tornou um dos principais transtornos enfrentados pela sociedade contemporânea e vem se refletindo no espaço sob diversas formas. O medo generalizado pelos altos índices da criminalidade provocou nas últimas décadas, o aparecimento de novas formas de moradia, as “prisões fora dos presídios” (SÁ, 2005) e de um novo padrão de convívio social. Os altos muros, grades, cercas elétricas, sistemas de câmeras e alarmes e uma série de outros artifícios têm sido utilizados pela sociedade para proteger-se contra as constantes ameaças de roubos, sequestros e outros atos de violência.

A segurança pública, um serviço que de acordo com a Constituição Federal, deveria ser garantido igualmente a todos pelo Estado, aliada a um sistema judiciário seletivo, não tem sido capaz de conter o problema da criminalidade violenta, abrindo assim, espaço para o crescente e lucrativo mercado privado da segurança. Diante do medo da violência, difunde-se os serviços e aparatos de segurança nas grandes cidades brasileiras, ou seja, a naturalização perceptiva nas pessoas de que a fixação de qualquer objeto de “segurança” possa minorar a sensação de insegurança.

A cidade do Recife marcada por uma profunda desigualdade sócio-espacial e por altos índices de violência não foge a essa tendência, materializa em sua paisagem as formas do

medo, especialmente nas áreas mais nobres da cidade. Que a violência é uma realidade, este é um fato inegável, mas o medo da violência tem proporções muito maiores. Por isso, este trabalho propõe tentar averiguar, por meio de metodologias científicas, como o imaginário criado em torno do medo da violência pode estar por trás de hábitos relevantes da sociedade. Não se tem aqui o intuito de espacializar o fenômeno da violência, através de mapas de ocorrências, e sim, demonstrar como é possível captar o fenômeno da violência através de sua materialização no espaço.

A metodologia empregada neste estudo foi, a princípio, fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema, trazendo a contribuição de autores nacionais e internacionais de diversas áreas do conhecimento com o intuito de incrementar o arcabouço teórico sobre os principais fatores que envolvem a questão, e também demonstrar como a ciência geográfica pode contribuir para essa discussão, compondo assim o primeiro capítulo deste trabalho. No segundo capítulo buscou-se esclarecer diferenças e expor dados sobre temas e processos pertinentes a problemática (segurança pública e privada, espaço público e privado, fragmentação espacial e habitações fortificadas). Utilizando dados secundários, ou seja, solicitados ou disponíveis ao público por órgãos governamentais e representantes do setor privado. A partir disso, tenta-se fazer uma pequena demonstração do universo em que o problema se insere, porém, ciente das limitações no uso destas fontes, que em boa parte estão incompletas e desatualizadas. E por fim, tenta-se fazer uma análise qualitativa por meio de dados primários, ou seja, coletados em trabalho de campo através da observação da dinâmica sócio-espacial das áreas escolhidas e da aplicação de questionários com seus moradores, e também entrevista com representante do Órgão Público de Segurança. Com esta metodologia teve-se o intuito de apreender as opiniões do público alvo sobre o problema e conhecer a forma como lidam com isso no dia a dia, buscando assim, a relação entre a teoria e a prática sócio-espacial.

Muitas foram às barreiras enfrentadas durante o trabalho de campo, tanto as barreiras físicas com seus portões e sistemas de segurança, como o abstrato e mais difícil obstáculo, o medo das pessoas.

CAPÍTULO I

GEOGRAFIA, VIOLÊNCIA E MEDO

1. GEOGRAFIA, VIOLÊNCIA E MEDO

Embora a violência e o medo sejam temas tradicionalmente abordados por outras ciências como a sociologia e a psicologia, devido ao caráter mutável dos fenômenos sociais com o passar do tempo estes temas vão perdendo suas limitações no campo da pesquisa pela introdução de novos fatores e elementos que trazem outras perspectivas, outros olhares e abordagens envolvendo outras ciências. O fenômeno da violência e do medo há alguns anos perdeu sua característica puramente social e foi adquirindo também uma característica espacial mais concreta, física. Não se trata apenas de um fenômeno que acontece sobre o espaço, mas o transforma, e toda transformação espacial acarreta novas ações sociais, pois nada deixa de existir ou passa a existir no espaço sem que isso tenha conseqüências na vida prática.

Sendo assim, este capítulo procura mostrar essa relação entre a problemática da violência e do medo com a geografia. Verificando como a violência e o medo interferem no espaço geográfico, bem como, este espaço interfere nas ações sociais. As primeiras seções iniciam-se com uma abordagem histórica sobre a questão da violência nas cidades seguida de uma relação entre a violência e o processo de globalização, sobre a instauração da “ordem do medo” como novo fator de organização sócio-espacial e da criação de um imaginário em torno da violência. Por fim são feitas considerações sobre conceitos da geografia e da pertinência de sua aplicabilidade na análise do problema em questão.

1.1 VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE

Segundo Tuan “A cidade representa a maior aspiração da humanidade em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais” (2005). Aristóteles em sua obra *Política* enunciava a importância da cidade enquanto comunidade política:

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras, tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política". (1997, p 13)

No entanto, este ideal de uma ordem física e social perfeita e harmônica tornou-se, na realidade, um Espaço dotado de uma imensa complexidade pelas diversas manifestações e transformações sócio-espaciais que abriga. Apesar de ter suas origens no período pré-histórico (MUMFORD, 1998), a cidade passou a ter maior expressão e importância a partir da revolução industrial com os processos de urbanização e modernização. O medo na cidade não é recente, pois, este sentimento acompanha os seres humanos desde os tempos mais remotos, trata-se de uma reação natural ante uma ameaça ou sensação de perigo. No entanto, o **medo na cidade** transformou-se em **medo da cidade** e, nos últimos anos passou a comandar transformações na configuração sócio-espacial desses ambientes. Construída para corrigir o caos aparente e assustador da natureza, há algum tempo passou a ser visto como um ambiente ainda mais selvagem e atemorizante.

O espaço urbano definido por Corrêa (2003) como um “complexo conjunto de usos da terra”, tem sido o palco principal de manifestações violentas e da sensação de medo, o que não quer dizer que o espaço urbano, em si, seja responsável pela geração da violência, no entanto, entendemos que as práticas de violência não se dissociam do espaço, enquanto condicionante das relações sociais. Ao tornar-se o *locus* de reprodução do capital, as cidades passaram a atrair a maior parte da população em todo o mundo, entretanto, o aumento populacional e sua concentração nas áreas urbanizadas não foram acompanhados por serviços que garantissem o suprimento das necessidades básicas de todos, sobretudo, nos países de industrialização tardia, onde ferve o circuito inferior¹ da economia capitalista. Nesses países, a vigência de um sistema político-econômico excludente acarretou a proliferação de diversos problemas sociais como: pobreza, desemprego, favelização, entre outros, atingindo predominantemente as camadas populacionais de baixa renda, gerando o aumento da criminalidade que, em alguns casos, é visto como resultado de manifestações desorganizadas decorrentes de um desejo de inclusão social (NASCIMENTO, 2002). É preciso ter cuidado na

¹ Atividades econômicas não hegemônicas caracterizadas por uma baixa produtividade, sem o uso de tecnologias modernas, com relações trabalhistas informais, etc. (SANTOS, 2008b)

associação de possíveis fatores causais para as diversas manifestações de violência, segundo Zaluar (2006) não basta tentar explicar o envolvimento com o crime apenas por meio da vontade ou necessidade iniciais de sobrevivência ou em função da falta de oportunidades no mercado de trabalho, mas atentar também para os mecanismos institucionais e as redes mais ou menos organizadas do crime que atravessa classes sociais e que possui, por muitas vezes, apoio institucional das agências incumbidas de combatê-los. Deve-se considerar ainda o chamado “retrocesso do processo civilizatório” que, de acordo com a referida autora consiste na capacidade de lidar com os conflitos interpessoais no plano simbólico mediante relações coletivas. Segundo Zaluar este retrocesso pode ser compreendido, além das carências de que são vítimas as populações pobres, também pelos efeitos da revolução sexual com o afrouxamento dos laços do casamento, da religião e da responsabilidade paterna, entre outras mudanças, o que tornou preferencial ou habitual os comportamentos violentos nos diversos conflitos sociais. Há ainda a concepção Durkheimiana sobre a “normalidade do crime”, para quem a existência do crime é benéfica enquanto mecanismo que promove integração entre os convenientemente socializados, segregando-os dos que não internalizaram adequadamente as normas sociais (RATTON, 1999).

A violência, em especial a que se manifesta nos espaços urbanos, tem sido largamente debatida por diversas áreas do conhecimento. Pela complexidade e amplo uso do termo faz-se imprescindível adotarmos uma definição da violência. De acordo com Michaud:

[Existe] violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (*apud* WASELFISZ, 2008).

Todavia, é preciso ressaltar também que a violência não é fenômeno recente, pois esteve presente desde as primeiras civilizações, por muitas vezes utilizada como mecanismo de coerção da realeza sobre o povo e como espetáculo punitivo de antigos sistemas de controle social (FOUCAUT, 2007). Como está claro na definição acima, o termo violência não será utilizado de maneira reducionista apenas para designar a criminalidade, mas também, faz referencia a violência simbólica de soluções mercadológicas que instauram um novo padrão de convívio sócio-espacial nas grandes cidades.

O sociólogo Yves Pedrazzine (2006), que realizou estudos sobre violência em varias cidades no mundo, conclui que trata-se de um fenômeno complexo que envolve a urbanização

caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial (acrescento a segregação espacial) que leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização. De acordo com Caldeira (2008) o medo contemporâneo da cidade e as mudanças que ele vem ajudando a gerar nos espaços urbanos representam um ataque à noção de que o espaço público é aberto à circulação de todos os cidadãos a despeito de suas diferenças sociais. Tanto Pedrazzine quanto Caldeira em seus trabalhos empenham-se em dezestigmatizar a cidade como ambiente de medo e repulsa, não negando o fato de que estamos vivendo um período de crescimento real da violência, no entanto, argumentam a existência de uma construção ideológica voltada a interesses particulares. Sobre esses interesses nos deteremos adiante ao falarmos dos fatores que auxiliam a construção do imaginário do medo e influenciam a percepção da população sobre a violência.

Em meio a essa discussão sobre a relação entre violência e meio urbano, Pedrazzine alerta que a verdadeira questão a ser discutida é: como a globalização contribui para modificar a natureza dessa relação? Segundo ele escrever simplesmente sobre violência urbana significa abstrair-se dos fatos violentos para traçar um panorama genérico, em uma época dominada pela globalização econômica, e afirma: “a cidade contemporânea é perigosa na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses” (2006 p. 70). Seria simplista falar em violência urbana como decorrente deste ou daquele processo, pois o mesmo envolve-se numa teia de especificidades do local ao global. Portanto ao analisarmos a violência urbana precisamos considerar o dinamismo de seu sistema sócio-espacial e sua relação com a economia liberal globalizada.

1.2 A VIOLÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO

Já no período da Segunda Guerra Mundial, o economista austro-húngaro Karl Polanyi, em sua famosa obra “A grande transformação”, alertava sobre duas grandes conseqüências da expansão internacional da economia de mercado: uma conseqüência social, “a destruição dos estilos de vida tradicionais de organização social e sua completa substituição pelos mecanismos e instituições de mercado”, tendo como resultado desordem social, perda de

valores e tradições, miséria e anomia, e também uma consequência política: “as tentativas de estabelecer uma nova ordem internacional mundial, governada pelos princípios do credo liberal” (*apud* SCHWARTZMAN, 2004 p. 60). Esta ordem econômica desenvolve novas técnicas que demandam novas relações de trabalho e novas formas de relações interpessoais, onde poucos conseguem, ou melhor, têm a oportunidade, a escolha, de acompanhar o ritmo frenético dessas mudanças e usufruir de seus benefícios. Sobre isso David Rubio coloca: “Como algo inerente a la lógica del libre mercado y del capital se acepta y se incorpora de manera normal y tranquila los sacrificios con resultado de muerte y el hecho de hacer prescindibles a millones de seres humanos” (2008 p.27). E conclui: “Aquellos que no puedan subirse al tren del progreso económico, se convierten en seres humanos sobrantes” (id. p42). Aliado a esta seletividade há ainda uma vulnerabilidade nas relações, tanto econômica como sociais. Richard Sennett (2006) afirma que hoje todos enfrentam o medo de “ficar a deriva” no mar de inovações tecnológicas. Esta lógica de exclusão se insere, não apenas na esfera econômica, mas também, em outras esferas da vida, incutindo uma nova cultura caracterizada pelo consumo, pela fragmentação das instituições e pela tecnologia informacional, onde as relações humanas foram substituídas pelas transações.

Aí se encontra uma das principais contradições do capitalismo, pois as promessas benéficas do desenvolvimento econômico têm apenas multiplicado os problemas sociais, favorecendo apenas os detentores do poder político e econômico enquanto a maior parcela da população mundial vive em condições indignas ou de completa miséria. Segundo Frugoli Jr:

Processos sociais excludentes não são recentes, mas adquirem configurações particulares à medida que se estabelecem na cidade uma série de instituições e estabelecimentos – ligados fundamentalmente à monopolização do capital – que privilegiam uma esfera privatizada em detrimento da pública, e grupos sociais de maior poder aquisitivo em detrimento dos populares (1995 p. 82).

Sendo assim, pode-se dizer então que há uma violência estrutural imbricada no sistema político-econômico vigente. Sobre isso Santos esclarece que:

Dentre as violências de que se fala, a maior parte é, sobretudo, formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que chamamos violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. (2003, p. 55)

Essa violência estrutural, espelhada na desigualdade de direitos, não é recente, mas por ser invisível tem sido negligenciada ou camuflada pelas formas visíveis da violência.

No Brasil esta condição tem prevalecido há décadas, fato acirrado pela corrupção nas ações políticas/econômicas, que representam verdadeiros entraves ao desenvolvimento da democracia plena e da cidadania. Ao falar sobre o espaço do cidadão Santos afirma: “Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (1996 p.43).

1.3 A ORDEM DO MEDO E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO

Dentre as ações que comandam a configuração sócio-espacial dos ambientes urbanos sempre teve a economia como força motriz, no entanto, uma outra ordem passou a comandar a arquitetura, os hábitos, as crenças, enfim, a maneira de organização das sociedades, a ordem do medo. Esta ordem não é recente, pois as estruturas defensivas das cidades na antiguidade já a enunciavam, contudo, nos últimos anos ela ganhou força estando relacionada a diversos fatores como: a fome, o desemprego, a violência, o terrorismo, o mercado, etc. Tais fatores variam de um país para outro, nos Estados Unidos, por exemplo, após o dia 11 de setembro de 2001, o terrorismo entrou no cerne das preocupações dos americanos. O medo do crime parece ser a principal causa de preocupação da população brasileira. A guerra travada entre polícia e traficantes no Rio de Janeiro, os ataques de organizações criminosas, como as realizadas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) em São Paulo no ano de 2006, os números alarmantes dos homicídios, com destaque para a cidade do Recife, e outros tipos de crime, alimentam os sentimentos anti-urbanos no país. Sobre isso Adorno e Lamin fazem uma ressalva:

O medo do crime, expresso através das narrativas e das falas, das sondagens de opinião e das pesquisas de vitimização, diz respeito a sentimentos coletivos muito profundos, enraizados nos domínios mais recônditos da consciência e do imaginário coletivo, sobrepostos por camadas legadas de geração a geração pelo tempo histórico (2006, p. 169).

Embora muitos dos medos atuais já existissem em épocas remotas, hoje esses medos associados a outros estabeleceram uma nova ordem que domina o imaginário, as preocupações e ações da sociedade contemporânea. Medo este alimentado pela violência e pelo uso que se tem feito do tema tanto na mídia como no mercado. De acordo com isso expõe Bauman:

O nosso é um tempo de cadeados, cercas de arame farpado, ronda dos bairros e vigilantes; e também de jornalistas de tablóides ‘investigativos’ que pescam conspirações suficientemente ferozes para liberar boa parte dos medos e ódios reprimidos em nome de novas causas plausíveis para o ‘pânico moral’ (2001, p. 48).

Esta nova ordem mundial, a ordem do medo, vem transformando os aspectos paisagísticos e as formas de utilização do espaço urbano, organizando a paisagem a sua própria imagem através dos sistemas de segurança e gerando um novo cenário de relações e novos espaços onde pessoas de diferentes classes sociais mesmo próximas estão separadas pela materialidade desses sistemas (CALDEIRA, 2003). A cada dia que passa são produzidos novos aparatos de proteção tais como: câmeras de vídeo, central de alarme com sirenes que disparam mesmo na falta de energia, sensores infravermelhos, vídeo-porteiro, etc. Criou-se assim uma psicoesfera da insegurança acompanhada por uma tecnoesfera da segurança², que materializa-se por meio de artefatos tecnológicos de proteção, prestação de serviços privados de segurança e modelos habitacionais que tentam reproduzir um ideal de vida intra-muros, além de outras medidas oferecidas no mercado global. Dentre os principais elementos que constroem o imaginário do medo e que influenciam a percepção das pessoas sobre a violência, destacam-se: a indústria da segurança, os índices de criminalidade, o sensacionalismo midiático em torno da violência, as experiências alheias e a descredibilidade no sistema de segurança pública.

O geógrafo Marcelo L. de Souza (2008) afirma que não se deve pensar que o “mercado da violência” seja marginal ao capitalismo vigente, a não ser sob um aspecto jurídico ou ético-formal, este setor é, cada vez mais, parte integrante de sua substância, em todas as escalas. Souza adotou o termo Fobópole para se referir as cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. Para esclarecer melhor as idéias do autor sobre o referido termo, segue abaixo uma passagem do livro de mesmo nome:

² A tecnoesfera pode ser definida como a crescente artificialização do meio ambiente e paralelamente a esta, desenvolve-se a psicoesfera, “reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS 2008a p 256). Sobre a relação dos termos com a violência, ver Melgaço (2007).

A palavra (Fobópole) condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários de grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matérias de desenvolvimento urbano e democracia (*lato sensu*). (2008, p.9)

O autor acrescenta ainda que numa Fobópole grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico, entre outras síndromes fóbico-ansiosas por causa da violência e do medo da violência. Este fenômeno que envolve violência e segurança tem estado no topo das preocupações da população brasileira nos últimos anos, associado aos diversos problemas estruturais que enfrentam as cidades, cuja maior parcela da população foi e continua sendo vítima de uma violência histórica visível de disparidades sócio-espaciais tanto intra-regionais como intra-urbanas.

O medo da violência impõe fronteiras espaciais visíveis e invisíveis e impulsiona a indústria da segurança privada que ganha cada vez mais espaço, por muitas vezes, justificado na apatia da segurança pública. Segundo Souza (2008) existem três vetores de elucidação desta problemática que são: a inter-relação constante entre o mercado da segurança, o mercado da informação e o sistema político eleitoral. A interação destes três vetores produziria uma situação de deturpação, interpretação parcial e seletiva das informações que colaboram, com frequência para realimentar o sentimento de insegurança e até mesmo a violência concreta. Souza explica que a violência real passou a fazer parte de um espetáculo cotidiano e que há certa instrumentalização da criminalidade violenta por parte da mídia. Basta ligar a TV ou o rádio a qualquer hora do dia para constatar este fato. Assim pode-se dizer que a mídia contribui para o clima de temor e insegurança que assola a sociedade e que este “clima” ajuda a estimular e justificar o “mercado da segurança”. Em sua obra *O Discurso da Violência* (1996) Dias explica que o discurso jornalístico pode se revelar tendencioso em alguns casos e ressalta: “o veículo é o meio, mas pode torna-se a própria mensagem [...]. E isso acontece, no momento em que se elege um, entre os muitos significados para os fatos, passando-os prontos, decodificados, ao receptor” (p.12). Este poder de que dispõe os veículos de comunicação interfere diretamente na formação da opinião pública sobre a problemática da violência. Sobre os telejornais escreve Cunha:

Os telejornais, então, poderão estar fragilizando a coesão social em duas frentes: a) mostrando a violência e a estrutura caótica da sociedade o que leva ao medo e ao individualismo; b) mostrando as classes menos abastadas como recorrentes no crime, o que leva ao preconceito e a segregação de classes. (2007 p. 279).

Sendo assim, consideramos que os sentimentos de medo e insegurança decorrem inegavelmente de fatos reais, mas também, de um imaginário criado em torno da violência que se difunde nos meios de comunicação. Sobre a noção de imaginário Durand esclarece que trata-se de “[...] um conjunto de imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do Homo Sapiens” (1997, pg. 18), incluindo todo tipo de representação humana por meio de signos, percepção, etc. Honorato e Cemin procuram relacionar o imaginário com a violência partindo das concepções de Itani (1998). Segundo eles, esta autora afirma que:

O ser humano procura sempre relacionar a violência a uma referência externa, representando-a por ações exercidas por outras pessoas e fora de nossos ambientes (como nas ruas, periferias e bairros pobres). No entanto, há claras representações da violência presentes em nosso imaginário e que são materializadas através de nossas decisões nos espaços em que vivemos – fato comprovado por uma breve observação da paisagem e da arquitetura das cidades. (2008, p. 4)

Acredita-se ainda que o imaginário do medo pode ser o principal fator que põe fim as práticas de solidariedades entre as pessoas (como por exemplo: conversar nas calçadas e praças, práticas antigamente comuns entre jovens e donas de casa), tornando ruas e praças ambientes tangenciáveis³. Como já dissemos anteriormente, o espaço não é inerte frente às ações humanas, quanto mais se teme os espaços, mais inseguros estes se tornam, mais propícios a ações criminosas, uma vez que, a presença humana é um fator que proporciona certa sensação de segurança. O que tentamos evidenciar é que combater o crime não significa combater o medo, e que as políticas anti-criminais devem voltar suas atenções também para este poderoso aliado da violência.

1.4 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA E SUA APLICABILIDADE NOS ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA

A maioria dos estudos sobre a violência no país foram realizados por sociólogos e arquitetos, sobretudo, na região sudeste. Para a ciência Geográfica trata-se de um tema em

³ Sobre isto ver Costa e Sá, 2007

ascensão, embora alguns trabalhos se limitem a um mapeamento das ocorrências criminais, outros trazem uma análise espacial de grande relevância para a compreensão do fenômeno, dentre estes destaque os trabalhos de Sá (2005), Melgaço (2007) e Souza (2008).

Em primeiro lugar, para a compreensão do fenômeno da violência é necessário exaltarmos a questão do poder, que de acordo com Raffestin (1993) está presente em todo processo relacional. Influenciado pelas idéias de Foucault, que contesta a concepção clássica da sociologia sobre o sistema piramidal de poder que se dá, apenas, de cima para baixo, Foucault introduz a idéia de que o poder se estabelece também de baixo para cima e lateralmente, sendo transitório e não localizável. A partir disso Raffestin alega que existe uma multiplicidade de relações de forças que torna as relações sociais dissimétricas, ou seja, onde um impõe sua vontade sobre o outro. É claro que a manifestação do poder está diretamente associada a fatores de ordem física, cultural e econômica, o que estabelece uma série de imposições na vida prática. São essas relações de poder que definem as formações territoriais. O território como categoria de análise geográfica tem sido alvo de muitas discussões e controvérsias e vem sendo muito utilizado nos estudos sobre a violência. Uma concepção importante do termo é a de Raffestin (1993), para quem o território se forma a partir do espaço e resulta de “uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível” (p.143), estabelecendo limites a partir de intencionalidades. Já Souza concebe o território como “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato material” (2001, p.97). Souza introduz a idéia de que não se deve “coisificar” o território, pois este não envolve o substrato material em si, apenas se projeta sobre eles. De fato, o fenômeno da violência envolve relações dissimétricas de poder e de intencionalidades alimentadas pelo medo, assim como, evolve relações que operam na forma de territórios “flexíveis”⁴. Entretanto, utilizaremos a noção de espaço de Milton Santos enquanto território usado que inclui “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (*apud* MELGAÇO, 2003 p.525). Acreditamos que para nosso foco de análise a abordagem espacial sob a ótica miltoniana abranja de forma mais completa a relação entre as ações sociais e o substrato material, ou seja, enquanto a sociologia investiga os processos sociais e a arquitetura as formas físicas do espaço urbano, a geografia busca a relação entre ambas, fixos e fluxos.

⁴ De acordo com Souza “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por ex., uma rua) á internacional [...] dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses, dias [...]” (2001, p.81).

Para isso, serão feitas, preliminarmente, algumas considerações acerca da evolução do pensamento do conceito de espaço na geografia e de como pretende-se, neste trabalho, utilizá-lo na abordagem da problemática da violência e do medo.

1.4.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO OBJETO DA GEOGRAFIA: O ESPAÇO

Os estudos acerca do espaço geográfico, remota a institucionalização da Geografia como disciplina nas universidades européias em meados de 1870 (CORRÊA, 2001). Embora, neste período o espaço ainda não fosse considerado um conceito chave para a Geografia, o termo “espaço vital” fora utilizado por Ratzel em sua obra *Antropogeografie*, para designar “as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais” (op. cit. p 18) Desde então, passando por todas as correntes do pensamento geográfico (teórico-quantitativa, crítica, humanista e culturalista) o espaço tem sido alvo de diferentes conceituações, mas já se estabelecendo como objeto de estudo da ciência geográfica.

A partir da corrente crítica da Geografia, o espaço adquire novos significados, tanto na sua relação com o tempo, como na sua relação com a economia e a sociedade. Influenciado por concepções de cunho marxista Henry Lefebvre contribuiu sobremaneira para o avanço deste debate ao conceber o espaço como “o lócus de reprodução das relações sociais de produção” (op.cit. p 25). A partir dessa afirmação o espaço geográfico passa a ser visto de forma relacionada à prática social, obedecendo a uma lógica sistêmica. Influenciado por Lefebvre, Milton Santos adotou uma concepção do espaço geográfico, hoje amplamente aceito no país. Para ele, o Espaço geográfico é uma instancia social, um híbrido, um misto de objeto e ações indissociáveis (2008a). As relações humanas se estabelecem no espaço, criando e usando objetos como instrumentos para dominá-lo, no entanto, o espaço não é inerte perante as ações humanas, ele é valorizado por essas ações e condicionante das mesmas. Sendo assim:

A relação espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, 2004 p.181)

As relações sócio-espaciais respondem, não só por interesses específicos das pessoas com o lugar onde vivem, mas também, por interesses que vão além da relação direta entre um grupo de pessoas e sua dada localidade, fato ainda mais evidenciado através do processo de globalização da economia, da cultura e da informação. Calcado nesse novo período histórico, Técnico-científico-informacional (SANTOS, 2005), o espaço adquire novos significados que o torna cada vez mais complexo.

Para discutirmos os fenômenos espaciais é preciso estabelecer de antemão categorias que nos permitam uma visão de sua totalidade. No entanto, não se trata de reunir todas as informações possíveis sobre uma localidade como se a geografia fosse capaz de abarcar toda a complexidade do mundo real, pois nenhuma ciência o é. Trata-se de tentar apreender os fatores mais relevantes de um dado fenômeno e explicá-lo através da relação entre esses fatores e de como estes podem variar em função do tempo e do espaço.

Para isso, Santos propõe considerarmos quatro categorias de análise, que são: estrutura, processo, forma e função. Segundo ele, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como a sociedade está organizada espacialmente e como a competição e o uso que o homem faz dele sofrem mudanças (1985).

Corrêa (2001), citando Santos, esclarece e exemplifica bem tais categorias, diz ele que:

[...] *forma* é o aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Uma casa, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas. [...] *função* implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões – trabalho, compras, lazer, etc. – são algumas das funções associadas a casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana. [...] A *estrutura* diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas. *Processo*, finalmente, é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer implicando tempo e mudança. [...] é uma estrutura em seu movimento de transformação (p. 28-29)

Essas categorias não podem ser consideradas separadamente, pois como visto, a forma desempenha uma função, inserido numa estrutura social em constante processo de mutabilidade. Assim considera-se que o espaço é dinâmico, pois está sempre sendo transformado pelas ações sociais. Os sistemas de ações criam novos objetos ou se realizam

sobre objetos pré-existentes, por outro lado, os sistemas de objetos condicionam a maneira como se dão tais ações (SANTOS 2008a). Partindo dessa perspectiva, considera-se que, na problemática da violência, o medo generalizado tem direcionado as ações dos indivíduos, acarretando o desenvolvimento e a rápida proliferação de objetos técnicos de proteção que simbolizam esses medos, alterando significativamente as formas espaciais (habitações fortificadas, condomínios, espaços privados de lazer, etc.). Novas formas são imbuídas de novas funções, neste caso, a função da forma “casa” passou do “habitar”, “abrigar” para o “proteger”, “aprisionar”. Essas alterações nas formas/funções indicam também uma mudança de estrutura, no qual o modo de organização espacial estabelece um novo padrão do convívio social pautado na valorização dos espaços privados, considerados “seguros” e no medo dos espaços públicos e dos espaços estigmatizados (bairros pobres e favelas) considerados “inseguros”. Essas questões, sobre as implicações espaciais do problema, voltarão a ser abordadas com mais afinco na segunda seção do capítulo que se segue.

CAPÍTULO II

OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

2. OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Como mencionado no capítulo anterior, dentre os fatores que contribuem para a construção do imaginário do medo e para a materialização da violência, destacam-se, respectivamente, a falta de confiança no serviço público de segurança e o crescimento dos serviços privados de segurança. Sendo a segurança um serviço essencial e por seu envolvimento direto a questão proposta neste trabalho faz-se necessário alguns esclarecimentos a respeito de sua natureza e seu funcionamento.

A segurança tem sido um tema amplamente debatido no Brasil e no mundo devido a diversos fatores já expostos. É um tema que tem estado no topo das preocupações da sociedade, sendo por isso, bastante usado nos discursos das propagandas eleitorais. A partir disto, este capítulo visa incrementar a discussão sobre a segurança no país, focalizando a questão da privatização desses serviços e de suas implicações sócio-espaciais. Abriremos assim o discurso mostrando as diferenças entre segurança pública e segurança privada e de que forma elas têm atuado no país. Em seguida discutiremos as implicações espaciais do problema fazendo uma diferenciação sobre as concepções de espaços públicos e privados, sobre os processos de segregação e fragmentação, finalizando com a questão das habitações fortificadas, por comporem as principais discussões em torno do tema proposto.

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA X SEGURANÇA PRIVADA

Segundo Castilho (1998) os serviços podem ser divididos, de acordo com sua natureza filosófica, em dois grandes grupos: os serviços de interesse social e os serviços de interesse econômico. O primeiro seria assegurado a todos através da lógica de redistribuição da renda gerada coletivamente por meio do sistema fiscal, e o segundo seria organizado conforme a lógica do mercado capitalista cuja intenção é a obtenção de lucro, sendo comumente denominados por serviços públicos e privados. Embora o foco deste estudo esteja nas formas privadas de segurança, é imprescindível abordamos sobre a segurança pública, uma vez que, o (mau) funcionamento desta última é utilizado no discurso para expansão da outra.

De acordo com Sapore (2007) a busca da ordem para a convivência em sociedade remonta ao início do processo civilizatório. Citando Nobert Elias, para quem “o processo civilizador trouxe embutido a disseminação de padrões racionais de conduta entre os indivíduos” (*op.cit.* p. 37) e, aliando isso a rápida expansão da população urbana, criou-se uma demanda de pacificação e ordem pública que levou ao surgimento do Estado. A noção de Estado surge na passagem do sistema feudal ao regime absolutista, e posteriormente ao regime do Estado-Nação, a quem fora delegado o Poder legitimado de controle social. De acordo com Guiddens o aparelho do Estado pode ser definido como um “Conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com limites demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle dos meios internos e externos de violência” (*apud* SAPORI 2007, p. 22). Saporí discorre que, a partir daí, esta demanda de pacificação passou a compor o espectro de ação de todas as classes sociais, sendo criadas para este fim organizações estatais específicas não mais centradas nos interesses exclusivos de um segmento da sociedade.

No Brasil, a responsabilidade do Estado na garantia da segurança pública está previsto na constituição federal de 1988, art. 144. Este dever é exercido através das instituições coercitivas, a saber: a Polícia Militar (PM), a Polícia civil (PC), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública (DF) e o Judiciário. Sendo a PM responsável pelo policiamento ostensivo, a PC pelo investigativo, a PF por crimes de competência da União, a PRF pelo patrulhamento e fiscalização das rodovias federais, o MP funciona como representante do Estado nas ações penais, a DP cabe representar os acusados sem condições econômicas para sua defesa e ao Judiciário compete o cumprimento das leis e a tomada de decisões no fluxo processual criminal, finalizando-se nas unidades prisionais (SAPORI, 2007). Embora a noção de comportamento criminoso perpassasse as diversas sociedades humanas em todos os seus momentos históricos, discute-se hoje a formação de um novo paradigma da violência que põe em questão os métodos de segurança utilizados. De acordo com Musumeci:

Os sistemas públicos de segurança vigentes nas sociedades democráticas constituem-se sobre uma série de princípios que limitam seu poder coercitivo e sua capacidade de interferir legitimamente na vida dos cidadãos, submetendo o uso da força à observância de procedimentos formalizados — o *due process of law* —, destinados a proteger a integridade e privacidade individuais, e a garantir equanimidade na aplicação da lei (1998, p.1)

No entanto, os mecanismos de segurança utilizados pelo Estado não foram capazes de conter o problema da criminalidade que cresceu assustadoramente nos últimos anos provocando uma sensação de insegurança e medo generalizados que afetam diretamente o grau de confiabilidade dos indivíduos nas autoridades governamentais. No Brasil tal fato agrava-se pelas diversas denúncias de corrupção, abuso de poder, enfim, pela presença da violência dentro dos organismos que devem combatê-la.

As políticas públicas de segurança podem ser divididas em duas perspectivas: as políticas de caráter repressivo e as políticas de caráter preventivo. Sendo as primeiras caracterizadas pela ênfase no combate aos crimes através das punições impostas pela justiça criminal e a segunda caracterizada por ações voltadas a prevenção, focalizando os fatores socioeconômicos geradores de exclusão social⁵. A eficiência dessas perspectivas suscita muitos debates no âmbito da criminologia e não nos cabe aqui entrar neste debate. Entretanto, como propõe Sapore: “essa dicotomia impõe uma escolha desnecessária no direcionamento das políticas de segurança pública, impedindo que a ação governamental abarque simultaneamente as diversas dimensões do fenômeno criminoso” (2007, p.87). Mas essa dupla dimensão já fora incorporada ao último programa governamental contra a violência, o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que tem por finalidade articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas da violência. O Programa é dividido em projetos como: Bolsa-Formação, Mulheres da Paz, Território de Paz, entre outros⁶. Trata-se de um programa recente (lançado em Agosto de 2007), portanto, pouco se pode dizer sobre seus resultados, o que nos deixa margem para uma avaliação de seus projetos.

Historicamente, desde a formação do Estado brasileiro houve uma fraca definição entre a esfera do poder público e do privado, uma vez que, a sociedade brasileira é muito marcada por relações orientadas por interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos. Segundo Cubas: “isso seria o legado de uma colonização realizada, em maior parte, por uma ação não oficial, pela importância da estrutura familiar na rede de relações e pela precariedade de recursos públicos que marcou a história brasileira” (2005 p. 43). Com o

⁵ Sobre as principais diferenças entre essas perspectivas ver Sapore 2007 (p.77-78).

⁶ Para informações sobre o programa acesse: www.mj.gov.br/pronasci.

revigoramento do pensamento liberal observou-se no país, sobretudo, na década de 90, um intenso processo de privatizações dos serviços públicos.

A segurança privada surge estimulada por mudanças importantes nas dinâmicas sociais das sociedades, sobretudo nos grandes centros urbanos, tais dinâmicas são geradas por fatores diversos e complexos, alguns já mencionados no primeiro capítulo deste trabalho.

De acordo com concepções weberianas uma das características essenciais do Estado moderno é a legitimidade do monopólio estatal da violência. Nos últimos tempos a segurança privada legal e também a ilegal tem ocupado cada vez mais espaço nesse campo, colocando em questão esse axioma weberiano. Como aponta Zaluar: “assiste-se nos países mais avançados tecnologicamente, à perda do monopólio estatal da violência legítima, fundamento de sua soberania, em proveito de empresas privadas de segurança, de grupos ou indivíduos armados e de organizações ou redes transnacionais do crime” (2006 p. 256). Nesses discursos o Estado aparece como apático, com sua soberania ameaçada pelo setor privado e atualmente não só nos países mais avançados. Para Zanetic (2005) o que realmente mudou nas últimas décadas foi o monopólio do policiamento, compreendido, sobretudo, com sua atividade de vigilância, que tem se modificado devido à entrada de novos modelos de policiamento atuando na sociedade. No entanto, funções institucionais que solidificam a estrutura de poder centralizado se mantêm, como os poderes de prender, julgar e punir, que continuam sendo monopólio da esfera pública.

Há ainda um discurso recente que prega uma parceria entre o público e o privado como atividades complementares tal qual observado em outros países como Portugal e Espanha. Nesse processo há um reconhecimento de que é possível o entendimento entre agentes com lógicas distintas de atuação, mas com objetivos comuns (Zanetic, 2005). Mas não é contraditório que o ramo privado da segurança tenha como objetivo o combate a criminalidade sendo ela sua fonte de crescimento e lucro? Além disso, não se pode dizer que a privatização da segurança não compromete a consolidação da democracia ferindo seus princípios de igualdade e universalidade. Todavia, não se deve negar o importante papel do setor como gerador de emprego. Segundo o Ministério da Justiça em Junho de 2009 contabilizou-se 410 mil homens empregados no país. Ao que parece, no atual sistema econômico em que vivemos tudo pode tornar-se rentável, mas a que custo? E quanto à qualidade de vida? Como será viver numa sociedade cada vez mais intolerante e anti-

solidária? Como será viver em espaços com limites tão visivelmente estabelecidos a ponto de tolher nossas liberdades?

2.1.1 A INDÚSTRIA DA SEGURANÇA

Os serviços particulares de vigilância e guarda surgem oficialmente em 1969, através de um decreto-lei que obriga as instituições financeiras a contratá-los com o objetivo específico de reprimir assaltos (MUSUMECI, 1998). No entanto, Zanetic (2005) esclarece que o policiamento privado não surgiu a partir desta data, assegura que muitos anos antes já havia formas desse tipo de segurança que foram suprimidas pelo monopólio do estado sobre o poder de coação. Ao final de 1983 é sancionada a Lei 7.102, que estabelece uma série de condições operacionais para a prestação desses serviços e revoga os decretos-leis preexistentes. Esta lei centraliza o controle no governo federal, regulamenta a profissão de vigilante e institui normas rígidas para o funcionamento das empresas especializadas, permanecendo sua atuação voltada para a guarda ostensiva de instituições financeiras e ao transporte de valores. Em seguida um decreto estende esse âmbito para outros estabelecimentos, sem especificar sua natureza, nem regulamentar a prestação desses serviços fora do setor bancário. A partir de 1995 o Departamento de Polícia Federal assume a responsabilidade pelo controle e fiscalização do setor (ESSEG, 2005).

De acordo com Zanetic (2005) a expansão recente desses serviços se deve, de uma forma geral, ao surgimento e disseminação das “propriedades privadas em massa”, também denominadas espaços “semi-públicos”, ao incentivo econômico e abertura legal para o policiamento corporativo, ao aumento do crime e da sensação de insegurança, entre outros. Supõe ainda que o crescimento econômico das últimas décadas gerou uma maior demanda para a preservação das riquezas geradas pelas empresas, pelas famílias e pelo Estado. Por isso, ao falar de alguns estudos realizados no país sobre a privatização da segurança, Zanetic afirma que estes: “traçam um panorama crítico sobre o problema com base nas poucas evidências disponíveis, incorporando a questão à ótica da precariedade institucional crônica da segurança pública e seus efeitos na produção da segregação social e da fragilização da cidadania” (op.cit. pg. 20) Ora, num país com profundas desigualdades sócio-espaciais como o Brasil, a privatização de serviços essenciais como: educação, saúde e segurança produzem sim, uma

segregação sócio-espacial e impossibilita a efetivação da, já muito frágil, cidadania brasileira. Como aponta Musumeci:

A “eficiência” desigualmente distribuída no provimento desses serviços gera efeitos diretos de exclusão social; no caso específico da segurança, combinando uma proteção “VIP” para as elites econômicas à desproteção e maior exposição à violência nas outras camadas sociais. (1998, p. 7)

É claro que, o aumento da criminalidade e a “ineficiência” ou “apatia” do aparato estatal não podem ser vistas como causas únicas do crescimento da “indústria da segurança”. Já apontou Musumeci (1998), apoiada em Smith (1993), que “é necessário refletir também sobre outra ordem de causalidade possível: o imperativo ideológico do livre-mercado e o ‘*darwinismo* social’ correlato, responsáveis pelo desmonte do *Welfare States*” (op.cit., p. 8). Segundo ela, estes fatores podem estar na origem tanto da generalização da insegurança, quanto na generalização da idéia da “ineficiência estatal” e da ampliação do mercado da segurança em todos os países, independente de como tenham evoluído seus respectivos índices de criminalidade nas últimas décadas. Mas seria simplista também embarcar nessa idéia de que a ampliação desse mercado independe de sua localização, pois cada país possui características históricas e socioculturais distintas que interferem neste processo. Não se pode dizer, por exemplo, que a sensação de insegurança em países europeus seja a mesma que em países da América latina com altos índices de homicídio e de crimes contra o patrimônio, tampouco, equiparar a eficiência de seus aparatos estatais. Segundo Saporì:

A eficiência do controle da criminalidade pressupõe a capacidade do poder público de reduzir tanto quanto possível a ocorrência de atos criminosos e, portanto, os riscos de vitimização dos membros da comunidade política, utilizando da maneira mais restrita e econômica possível os recursos disponíveis para o cumprimento dessa tarefa (2007, p. 65).

Todavia, essa capacidade difere de país para país dada a realidade socioeconômica de sua população, a realidade de seus cofres públicos e, sobretudo, a prioridade de suas políticas.

Nos últimos anos o ramo privado da segurança passou a movimentar um mercado bilionário. Enquanto o medo da violência direciona os hábitos da sociedade, a segurança é fabricada e vendida, sob diversas formas e preços, como exposto nas propagandas do ramo (fig. 1 e 2):

Fig. 1 - Propaganda de Empresa de Segurança Eletrônica (SEAPP)

A propaganda para a SEAPP apresenta o logo da empresa no canto superior esquerdo, com o texto "SEGURANÇA SEAPP ELETRÔNICA 24h". Abaixo do logo, há um menu de navegação com as opções: QUEM SOMOS, PRODUTOS, SERVIÇOS, TRABALHE CONOSCO e CONTATO. O cabeçalho principal contém o título "Sistema de vídeo-segurança Monitorado" e um botão "Saiba Mais" ao lado de uma imagem de uma câmera de segurança. Abaixo, há três seções: "Dicas" com três pontos sobre registro de visitantes, eventos e recepção; "Bem Vindo" com uma foto de um condomínio e um texto sobre a história da SEAPP; e "Serviços" com três cartões para CFTV, Automatizadores e Cerca Elétrica, cada um com uma imagem e um link "Saiba mais".

Extraído de: <http://www.seapp.com.br>

Fig.2 - Propaganda de Empresa de Segurança Eletrônica (Grupo NE)

A propaganda do Grupo NE apresenta o logo "GRUPO NORDESTE" no topo esquerdo, com sub-logos para NORDESTE, TRANSBANK e SOSERVI. Abaixo do logo, há uma barra de navegação com as opções: TRANSPORTE DE VALORES, PROCESSAMENTO DE VALORES, SEGURANÇA PATRIMONIAL e SEGURANÇA PESSOAL. Abaixo disso, há uma barra de menu com as opções: Quem Somos, Atendimento ao Cliente, Novidades, Dicas e Contato. O corpo principal da propaganda contém a frase "A SEGURANÇA 3 EM 1 QUE VOCÊ PODE CONFIAR." e um botão "CONHEÇA O PACOTE PROMOCIONAL DE LOCAÇÃO DE CÂMERA, ALARME E GRAVADOR DIGITAL." À esquerda, há uma imagem de uma porta com cadeados. No rodapé, há o telefone "Tel.: 81 3243.7330" e o botão "Clique e solicite uma visita".

Extraído de: <http://www.fiquetranquilo.com>

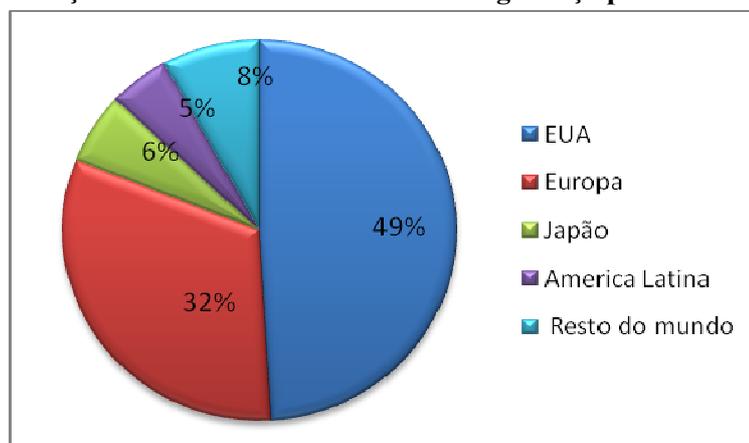
Nesse novo período intitulado por Bauman (2001) como “modernidade líquida”, uma característica marcante é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres do Estado modernizado. Nesses novos tempos a intensificação da individualidade tem significado a perda da cidadania e um enfraquecimento dos interesses públicos diante da força do mercado.

Passamos por uma reviravolta no embate entre o público e o privado. Onde antes o Estado, burocrático, ameaçava a autonomia privada, hoje, é o privado que ameaça o espaço público como exposto pelo referido autor:

Não é mais verdade que o “público” tente colonizar o “privado”. O que se dá é o contrário: é o privado que coloniza o público, espremendo-se e expulsando o que quer que não possa ser expresso inteiramente, sem deixar resíduos, no vernáculo dos cuidados, angustias e iniciativas privadas. (2001, p. 49)

Esse novo cenário de inversão dos poderes está pautado na natureza do Sistema capitalista onde o que interessa é a geração do lucro independente do bem estar social. A criação da “Cultura do Medo” está diretamente relacionada a essa problemática pois, enquanto a mídia vende o medo, as pessoas compram “segurança”. Esse ramo tem se mostrado promissor no mundo inteiro sendo liderado pelos EUA, cujo mercado fora dimensionado em cerca de US\$ 50 bilhões em 2004 (II ESSEG, 2005), como mostra o gráfico (1).

Graf.1
Distribuição do faturamento mundial da segurança privada em 2004.



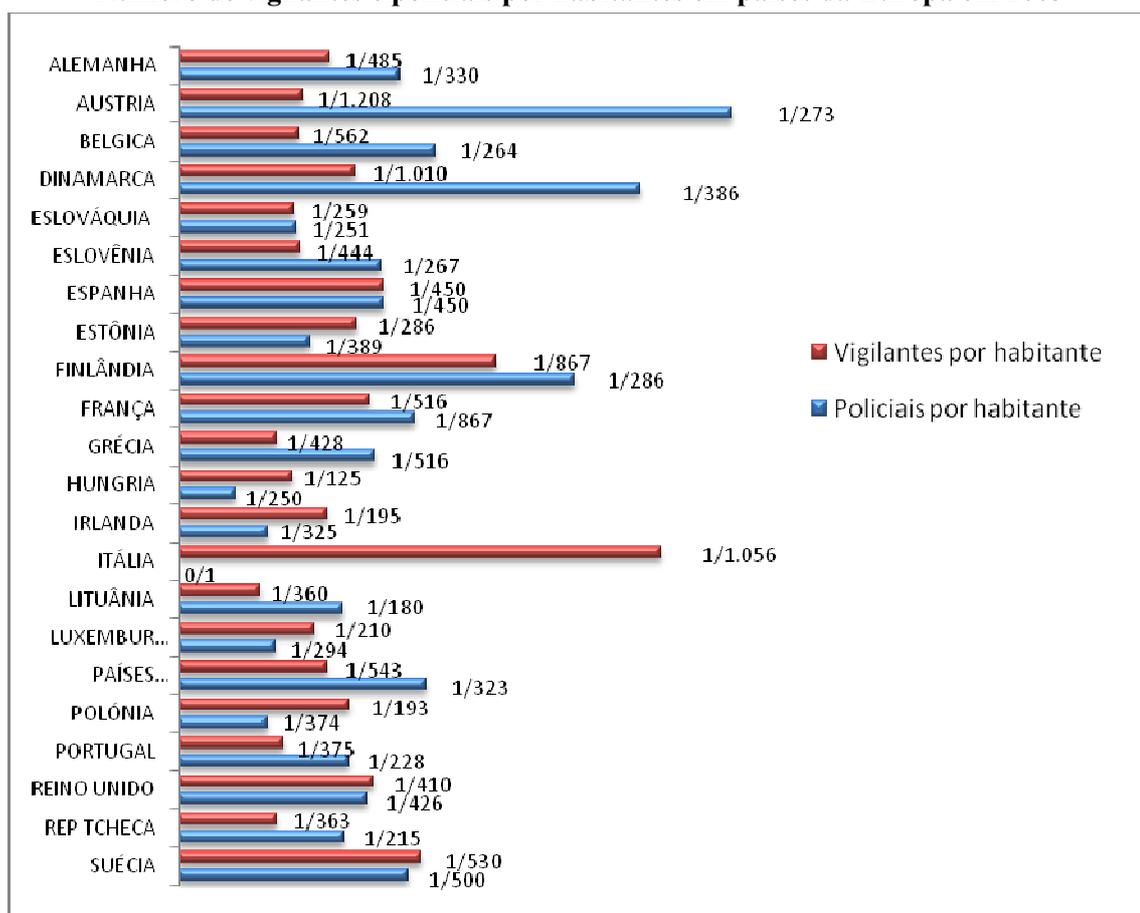
Fonte: Fórum Mundial de Segurança na América Latina/II ESSEG 2005.

Como nota-se neste gráfico, os serviços privados de segurança são extremamente significativos nos países mais avançados. Na América Latina, pesquisas sobre o crescimento do setor apontam que na Argentina os serviços privados de segurança beneficiam apenas a elite do país ao passo que o aumento da criminalidade é visto como consequência direta da pobreza. Em Honduras, a ineficiência do poder público aparece como causa principal, e no México, coloca-se em evidência a corrupção nas instituições responsáveis como causa motriz para a manutenção da violência. Destas experiências concluiu-se que “a privatização da

segurança nas Américas é um sintoma de insegurança pública frente ao crescimento da criminalidade” (CUBAS, 2005 p. 62-64).

De acordo com II ESSEG (Estudos do Setor da Segurança Privada 2005) realizado pela FENAVIST (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de valores), além dos novos mercados e das novas tecnologias, outros fatores conduzem ao crescimento global, uns deles seriam: a maior participação da segurança privada nos serviços que atualmente estão sob a responsabilidade de órgãos públicos, sua maior regulamentação e a formação de uma nova imagem da importância do setor para a atividade econômica dos países (p.56). Em alguns países do leste europeu o número de vigilantes supera o número de policiais por habitantes como mostra o gráfico (2):

Graf.2
Número de vigilantes e policiais por habitantes em países da Europa em 2003

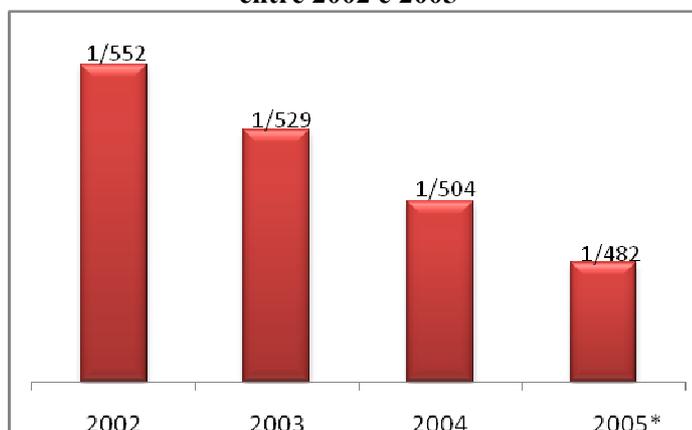


Fonte: CoESS: Confederation of European Security Services 2003/II ESSEG 2005.

Isso se deve também a crescente sensação de insegurança em escala mundial, cujas causas variam de país para país, como por exemplo, o avanço do terrorismo, da criminalidade,

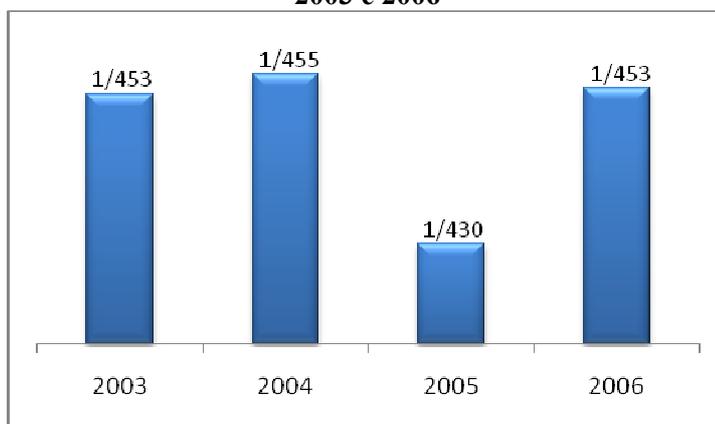
ou mesmo a substituição dos serviços públicos pelos privados por influência do liberalismo econômico. No Brasil, essa relação aproxima-se a de alguns países europeus, embora, o estudo do setor ressalte esta aproximação de forma positiva, como se tais comparações revelassem certo alcance a padrões de desenvolvimento, as já mencionadas diferenças estruturais não permitem este tipo de associação simplista. Os dados que se seguem apenas nos dão um panorama geral sobre o mercado regular da segurança privada no país, o que representa apenas uma parte deste mercado considerando a existências das empresas clandestinas. Abaixo os gráficos (3 e 4) com as proporções de vigilantes e policiais por habitantes no Brasil em anos recentes:

Graf.3
Número de vigilantes por habitantes no Brasil
entre 2002 e 2005*



Fonte: II ESSEG 2005/ *valor projetado.

Graf.4
Número de Policiais Militares por habitantes no Brasil entre
2003 e 2006



Fonte: SENASP / MJ 2008

Apesar da diferença de anos entre as fontes pode-se notar que até o ano de 2005 o número de policiais no país era superior ao número de vigilantes. No entanto, dados da ABSEG (Associação Brasileira de Profissionais da Segurança) revelam que em julho de 2009 no país atuavam 450 mil profissionais de segurança de forma legalizada (ou seja, sem considerar os clandestinos) ultrapassando o número de policiais militares que era de 412 mil no período. Deve-se considerar, no entanto, os diversos concursos realizados recentemente para reforçar o efetivo policial, e também que, o desenvolvimento tecnológico no setor da segurança eletrônica vem ganhando cada vez mais espaço, o que requer um número reduzido de mão-de-obra.

Neste estudo realizado pela Fenavist o termo “segurança privada” é utilizado para descrever as empresas de capital privado que atuam nas atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação. Para este trabalho, porém, serão mais relevantes os dados referentes à vigilância patrimonial, segurança pessoal e a chamada segurança eletrônica, pois nosso foco está na aquisição desses serviços por parte de pessoas físicas e não jurídicas. O setor de segurança eletrônica não fora diretamente abordada pela citada pesquisa, no entanto, o mesmo estudo aponta que das empresas de vigilância mais de 20% vendem equipamentos de vigilância eletrônica, cerca de 50% oferecem esse tipo de serviço e quase 60% prestam serviço de monitoramento. Para as empresas especializadas no ramo da segurança eletrônica (que compreende fabricantes, revendedores e distribuidores de equipamentos de segurança eletrônica e os serviços de instalação, integração, rastreamento e monitoramento) utilizaremos dados da ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Segurança Eletrônica) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Segundo dados da ABESE, entidade representativa das empresas de sistemas eletrônicos de segurança no âmbito nacional, existem mais de oito mil empresas atuantes no segmento de sistemas eletrônicos de segurança, gerando cerca de 100 mil empregos diretos e mais de 1 milhão indiretos, com cerca de 450 mil imóveis monitorados por sistemas eletrônicos de alarmes no País no ano de 2008. Esses 450 mil imóveis representam apenas 7% de um total de 6 milhões de imóveis com possibilidade de receberem sistemas de alarmes monitorados. Nos últimos nove anos, esse mercado vem crescendo com taxas médias de 13% anuais. Em 2007, o setor chegou a movimentar US\$ 1,2 bilhões, com um crescimento de 15% em comparação ao ano anterior (ABESE, 2008).

Quanto à associação do crescimento do setor como consequência direta dos altos índices de criminalidade e violência do país, o estudo do ESSEG tenta alertar sobre o papel que o setor desempenha na manutenção da normalidade e garantia do funcionamento da atividade econômica. De certo, não se pode fazer uma ligação direta do crescimento do setor com os índices de violência, mas a demanda por esse tipo de serviço depende da exploração do tema no dia a dia. O mesmo estudo reconhece que o aumento dos roubos no Brasil – de cerca de 25% de 2001 para 2003 – sugere que a sensação de insegurança e a necessidade de proteger o patrimônio alimentam o crescimento do ramo, embora não como um fator determinante.

2.2 ESPAÇO PÚBLICO X ESPAÇO PRIVADO

Em virtude das diversas dinâmicas socio-espaciais, uma clara definição de espaço público e privado pode ser mais complicada do que parece a princípio, pois hoje podemos falar em espaços privados de natureza pública ou espaços de uso coletivo, espaços semi-públicos, ou ainda na privatização ilegal de espaços públicos. A Noção de espaço público vem da cultura grega, Castoriades (1987) esclarece que nesta civilização a participação geral na política implicou na criação, pela primeira vez na história, de um espaço público, e que a emergência de um espaço público significa que se criou um domínio público que “pertence a todos”. De acordo com Gomes (2002) os espaços públicos podem ser definidos como: “o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (p. 162). Esta concepção de espaço público não se aplica, ao menos de forma genuína, a realidade prática das sociedades contemporâneas, pois o que se observa nas ruas hoje, e que vem sendo registrado através de câmeras de vídeo públicas e privadas é a incivilidade e a intolerância.

Segundo Sobarzo (2006) “Essa falta de diferenciação clara do público e do privado significa, do ponto de vista da dominação política, a invasão da esfera do público pelo privado, no intuito de reproduzir, ampliar e/ou consolidar as relações de poder (2006 p.96). O que define a produção dos espaços de fato são as ações que nele se desenvolvem, ações essas dotadas de intencionalidades e definidas por jogos de poder. Já o autor DaMatta (1997), que busca distinguir o público e o privado a partir da ótica antropológica, admite o estabelecimento de uma relação dinâmica e complementar entre ambos. (*apud* MENDONÇA,

2007). Todavia, as concepções entre o público e o privado parecem cada vez mais antagônicas. Nas últimas décadas, fala-se até mesmo, no declínio do espaço público, um discurso que envolve ao mesmo tempo, privatização e violência.

Como consequência das ocorrências criminais e do discurso sobre a ineficiência da segurança pública, os espaços públicos se tornaram quase que sinônimos de “espaços inseguros” (ruas, praças, etc.) e os espaços privados são considerados “espaços seguros” (shoppings, clubes, condomínios, etc.). Nesta perspectiva Caldeira coloca:

Em nome da segurança (privada), fecham-se ruas, cercam-se praças, constroem-se *shoppings*, condomínios e centros empresariais cujos princípios básicos são *auto-suficiência* (concentrar o máximo de serviços no seu interior; depender o mínimo possível da “rua”) e *exclusão* (afastar potenciais desordeiros e criminosos, mas também indivíduos e grupos “indesejáveis”; garantir a homogeneidade de classe e de estilos de vida na convivência intramuros (2003 p.7)

Ou seja, a população mais abastada do país acompanhada pelas classes emergentes adquire as “soluções” propostas pelo mercado alegando ausência de alternativas. Para Caldeira a privatização da segurança e a reclusão das elites no que ela denomina “enclaves fortificados” (espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo, como: shoppings centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais.) são, na realidade, dois novos modos de discriminação. E afirma:

Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias. (CALDEIRA, 2003, p. 11-12)

Entretanto, ao estudar cidades do sudeste, Queiroga alerta que: “As elites nas grandes cidades da megalópole evitam cada vez mais os espaços públicos [...]. Esse fenômeno é lamentável e apressadamente interpretado como o fim do espaço público, esquecendo-se de averiguar a efetiva extensão do mesmo” (2003, p.141). O referido autor nega o discurso do fim dos espaços públicos, alegando que o que vem ocorrendo na realidade são metamorfoses, complexidades e a diversidades desses espaços.

De fato, é preciso ter cuidado com a reprodução deste discurso, mas que alguns espaços estão sendo evitados por conta do medo da violência, é fato declarado por diversas pessoas durante a realização prática deste trabalho. Por exemplo, um aposentado residente no

bairro de Casa Forte alegou ter deixado de frequentar uma praça por ter sido vítima de um assalto, e em Boa Viagem uma estudante declarou não ir a pé à padaria mais próxima por medo de ser vítima de roubo durante o trajeto. Ao mesmo tempo, espaços públicos como a Praça de Casa Forte e a Praça de Boa Viagem possuem um intenso movimento, ou seja, são diversos os fatores que determinam o uso ou abandono de determinados espaços. Segundo Mendonça (2007):

Ao mesmo tempo em que os espaços públicos permanecem ambientes desejados pela população e reivindicados por ela ao poder público, cabe reconhecer que convivem com este desejo, de certo modo reprimindo-o ou neutralizando-o, uma série de situações controversas relacionadas ao binômio medo – segurança e à difusão de “espaços públicos” de outra natureza, como os propiciados pelo uso da *internet*. (p. 129)

Dessa forma, até mesmo a evolução nos meios de comunicação torna-se um fator relevante, ao propiciar contato sem deslocamento espacial. Aliado a isso, temos ainda outros fatores como: infra-estrutura e planejamento urbanos, tradições, preconceitos, etc., que influenciam a vitalidade e a segurança dos espaços públicos. Em um seminário promovido pela Secretaria Estadual das cidades em parceria com o Ministério das Cidades, realizado no Recife em setembro de 2008, intitulado “Espaços Urbanos Seguros” com a participação de representantes da esfera pública e da sociedade civil, foram debatidos diversos temas relativos ao planejamento urbano. Em artigo sobre o evento o Secretário das cidades, Humberto Costa, afirmou o seguinte:

Na luta contra a violência, os vários métodos de intervenção devem ser aplicados de maneira integrada. O planejamento urbano possui importante papel para melhoria da segurança nas cidades. Se por um lado o êxodo rural e a ocupação desordenada das cidades contribuem significativamente para o avanço da violência urbana, por outro, a planificação, o desenho e a gestão urbana e física podem colaborar com a prevenção da criminalidade nas cidades. (2008, p.1)

De fato, como exposto neste mesmo seminário pela arquiteta chilena Macarena Rau (2008), através de um planejamento urbano adequado (espaços públicos com boa visibilidade, bem iluminados, etc.) pode-se reduzir as oportunidades de se cometer crimes e aumentar a percepção de segurança das pessoas.

Embora o secretário reconheça em seu artigo que: “O enfrentamento da violência requer não somente políticas de repressão e de prevenção aliadas a ações culturais, sociais e econômicas, como também uma política dirigida aos espaços públicos”. (Idem), as propostas apresentadas durante o seminário abarcaram apenas mudanças físicas, havendo pouca

associação entre o físico e o humano, pois nenhuma mudança física será bem sucedida se não for acompanhada por uma mudança na condição sócio-cultural dos indivíduos. Promover reformas urbanísticas ou políticas habitacionais sem promover o acesso à educação e a cidadania é, como se diz popularmente, esconder a sujeira embaixo do tapete.

2.2.1 FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E A PROLIFERAÇÃO DAS “HABITAÇÕES FORTIFICADAS”

Sob o contexto da violência e do medo observa-se uma intensificação dos processos espaciais excludentes, acompanhado por mudanças nos hábitos e nas relações interpessoais. Por isso faremos uma breve distinção sobre alguns desses processos.

Embora sejam termos muitas vezes usados indistintamente, segregação e fragmentação são processos diferentes. A segregação foi definida por Villaça, como “uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com o qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano” (1998 p.360). Ele exemplifica sua teoria através da separação entre bairros pelas condições econômicas de seus habitantes. De acordo com O’NEILL tal fenômeno pode ser dividido em dois tipos: a auto-segregação, que se refere à praticada pela classe dominante e a segregação imposta, que se refere a dos grupos sociais cujas opções de onde e como morar são quase nulas (*apud* CORRÊA, 2002, p.64). Entretanto, outras reflexões acerca do processo de segregação (SILVA e BITOUN, 2009) apontam que o uso do termo no Brasil tem sido mal empregado, e que na cidade do Recife, por exemplo, evidenciam-se outros processos e não uma segregação de fato, já que observa-se na cidade uma intensa heterogeneidade sócio-espacial intra-urbana até em escalas maiores como a dos bairros, especialmente em um dos bairros focos deste estudo, o de Boa Viagem.

Compactuando com a perspectiva acima sobre o Recife, acredita-se que o termo fragmentação, ou uma tendência a este processo, possa expressar melhor a configuração espacial da cidade, uma vez que, não se reduz a uma mera separação espacial entre classes economicamente distintas, mas há diminuição e seletividade das interações sócio-espaciais. Sobre isso Souza esclarece:

Fragmentação tem haver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras: podem “tocar-se”, mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar, que se trata muito mais que de um processo de “diferenciação”. Menos obvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo de um processo de “segregação” (2008, pg.56).

Ou seja, envolve a formação de enclaves territoriais, minando as relações de sociabilidade pela rejeição ao outro diferente através da construção de fronteiras tanto visíveis como invisíveis. A proximidade geográfica entre classes economicamente distintas faz com que Recife aparente certa “tolerância” às diferenças, contudo, o temor da população alimenta práticas que anunciam o contrario. Alcindo Sá esclarece que este processo segue a lógica de um capital material e financeiro a-espacial, no qual:

[...] pessoas e ambientes monitorados por um subjetivo criado por uma nova significação imaginária social onde o abstrato/numérico/financeiro e mercadológico, de forma direta ou indiretamente, fragmenta conjuntos, congregações, totalidades, fazendo despontar uma consciência, uma significação geográfica natural de que a soma das partes fracionadas como os shoppings, condomínios fechados, favelas, significam o todo histórico sócio-espacial como destino traçado, quando na realidade são engrenagens de um processo de uma razão histórica perversa feita, em se fazendo a ser feita, isto é, de uma sociedade fragmentária em movimento (2009, p.41)

Observa-se por parte das elites e da classe média uma intensa transformação das habitações tradicionais em ambientes cada vez mais protegidas por diversos tipos de aparatos. Proliferam nas cidades muros gigantes, grades, cercas eletrificadas, câmeras de vídeo, detectores de movimento, sistema de vigilância 24h, entre outras estratégias de proteção, tornando os espaços cada vez mais fragmentados em territórios que se unem e se afrontam como um novo instrumento de opressão, minando a coesão socio-espacial.

Neste processo desenha-se um novo padrão formal e funcional de cidades, onde as residências assemelham-se a prisões e as relações sociais são reduzidas a grupos com características bem definidas. Nesta perspectiva a arquiteta Sonia Ferraz coloca:

A incorporação de elementos e isolamento na arquitetura residencial, pelos próprios moradores ou proprietários, produz a idéia e a noção de um determinado estilo de vida das elites, que exclui o OUTRO como quem inaugura a extinção do contato humano e o fim da sociabilidade urbana (2005, p. 11).

A arquitetura pós-moderna parece retomar as estruturas defensivas da Idade Média. Hoje proliferam **habitações fortificadas**, ou seja, casas e edifícios com variados sistemas e

objetos de proteção (fig. 3, 4, 5, 6 e 7), e os condomínios fechados, territórios exclusivos, numa tentativa de recriar um ideal de vida em “comunidade” (fig. 8).

Fig. 3 e 4 - Edifício e casa com equipamentos de segurança em Boa Viagem.



Fig. 5 e 6 - Casa e Edifício com equipamentos de segurança em Casa Forte.



Fig. 7 e 8 - Residência em Casa Forte e Condomínio em Boa Viagem.



Fotos: Luciana Cruz

Porém, o termo comunidade relaciona-se a sensação de pertencer a um todo, e na lógica de um sistema que prega o individualismo, a solidez de uma verdadeira comunidade se desmancha no ar, adaptando a célebre frase de Marx. Sobre esta perspectiva Bauman aponta:

As ‘comunidades cercadas’ pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles (os bem sucedidos) compram no momento em que tem dinheiro ou crédito suficiente para manter distancia da ‘confusa intimidade’ da vida comum da cidade, são ‘comunidades’ só no nome (2003 p.52).

Os condomínios fechados são um tipo de habitação que tiveram início no Brasil a partir da década de setenta inspirados no modelo americano das *Gates communities*. Onde anteriormente costumava-se ter edifícios e casas abertos para a rua, passou a haver muros, grades e cercas elétricas como forma de adaptação ao novo paradigma imposto pela sensação de insegurança. No Brasil o uso da palavra “condomínio” pode variar de um simples edifício murado com guarita a verdadeiros bairros intramuros como os Alphavilles. O modelo Alphaville é caracterizado pela prestação de serviços essenciais como escolas, academias, restaurantes, clubes, etc. Já somam mais de 30 unidades no país (uma delas recentemente instalada na cidade do Recife) oferecendo serviços como: portaria com controle de acesso, muros perimetrais, grades e alambrados, sistema de detecção de intrusão perimetral, sala de segurança e ronda de veículos. De acordo com Caldeira este fenômeno está relacionado a uma estratégia imobiliária e de marketing que se tornou dominante nas últimas décadas e ressalta: “Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também, criam espaços segregados nos quais as exclusões são cuidadosamente e rigorosamente praticadas” (2003 p.267). É curioso que em uma cidade com o histórico de violência como o Recife tal tipo de empreendimento tenha sido tão tardiamente instalado, acredita-se que a falta de oferta e/ou demanda por esse tipo de empreendimento seja fruto de uma forte identificação cultural e tradicionalista com determinadas áreas da cidade. Todavia apesar desta aparente “tolerância” espacial, processos de exclusão têm sido continuamente praticado por meio de aparatos que simbolizam o medo.

Eis um ponto crucial da presente reflexão, sendo os processos de exclusão construções sociais e o crescimento da violência uma de suas conseqüências, como se pode pensar em combatê-la, mantendo a sociedade em parâmetros excludentes. A responsabilidade pelos meios de proteção ficou por conta do próprio cidadão, e a segurança tornou-se um produto caro e seletivo. Estas morfologias criadas pelos sistemas de segurança dão margem à ilusão de que numa sociedade de mercado tudo pode ser comprado. De acordo com Alcindo Sá:

[...] o que mais se vivifica e se crava territorialmente são os espaços da imobilidade física e social, em contraposição aos não-lugares, pois os limites macros e micros, visíveis e invisíveis forjados pela comunidade burocrática / financeira / industrial não implicam sentimento, em sua maioria, de solidariedade, calcada no respeito ao outro diferente, mas o da semelhança do ser e do estar juntos que isola mais do que agrega, já que as semelhanças se restringem “aos que podem” consumir (2005, p.6).

Esse processo de alienação provocada pelo consumismo, reforçado pelo individualismo das sociedades modernas, faz com que as pessoas identifiquem apenas aquilo que os separa ao invés daquilo que os une, e assim, a idéia de progresso numa sociedade de consumo vem, freqüentemente acompanhada por uma regressão na escala dos valores (SANTOS 1996).

Estabelecido um panorama sobre os serviços de segurança, público e privado, que estão diretamente ligados a construção e materialização do medo da violência e diante dos processos de fragmentação espacial, da natureza de sua apropriação e da conversão das residências em “prisões”, que modifica não apenas as formas espaciais, mas também, suas funções e a natureza das relações sociais, pode-se dizer então que, todos estão empenhados, mesmo sem perceber, na construção das suas “Fobópoles”.

CAPÍTULO III

DA SENSÇÃO DE INSEGURANÇA À MATERIALIZAÇÃO DA SEGURANÇA: UM ESTUDO DE CASO EM BAIROS NOBRES DO RECIFE

3. DA SENSACÃO DE INSEGURANÇA À MATERIALIZAÇÃO DA SEGURANÇA: UM ESTUDO DE CASO EM BAIRROS NOBRES DO RECIFE

Retomando a noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações proposta por Santos (2008a), entende-se que as diversas ações ou práticas sociais com suas diversas funcionalidades e intencionalidades, por parte da esfera pública e privada, configuram o espaço. Assim, o fenômeno da violência, ou melhor, a nova ordem estabelecida pelo medo, vem acompanhada de novos elementos físicos e novas ações que tornam-se obstáculos ou eliminam antigas práticas sociais. Através do espaço percebemos as “rugosidades” ou materialidades do passado, os muros baixos, casas sem grades, os encontros nas ruas entre vizinhos, as áreas de livre acesso, são marcas de um período que está ficando para trás. Em muitos lugares estas características persistem, mas até quando? Visto que as novas materialidades tornam-se cada vez mais naturais, nas grandes cidades, parece que sempre existiram. Quem ainda se incomoda ao ver uma cerca eletrificada ou ao ser filmado em cada esquina?

Hoje, em alguns casos, os procedimentos para entrar numa residência não são tão diferentes dos utilizados numa agência bancária. Identificação por interfonos, passar por vários portões, detectores de movimento, ter todos os seus passos vigiados por câmeras, etc. Civilização pós-moderna?

Cientes da complexidade do problema, de seus principais debates e dos aspectos gerais sobre a violência e a segurança, este capítulo será iniciado com um breve panorama sobre a violência e os serviços de segurança no Estado e Região Metropolitana, pois são as escalas que mais influenciam a composição do imaginário do medo na cidade. Na sequência passaremos ao estudo de caso em dois bairros do Recife, Boa Viagem e Casa Forte, a fim de estabelecer relações entre a teoria e a prática e tentarmos analisar aspectos que só são possíveis captar através do contato direto com as pessoas e o ambiente em que vivem.

3.1 SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO ESTADO E REGIÃO METROPOLITANA

O Estado de Pernambuco se destacou no ranking da violência nos últimos anos, chegando a ultrapassar Estados como Rio de Janeiro e São Paulo nos índices de homicídios por habitantes⁷. Embora não tenha tanta visibilidade na mídia nacional como os Estados anteriormente citados, Pernambuco possui uma organização criminosa ligada à produção e tráfico de drogas que, de certo, está por trás desses altos índices. Em relação à mídia local, programas como Ronda Geral e a Bronca Pesada mostram diariamente inúmeros casos de crimes dessa natureza, que aliado aos crimes passionais e psicopatológicos, entre outros, alimentam ainda mais o imaginário do medo na população.

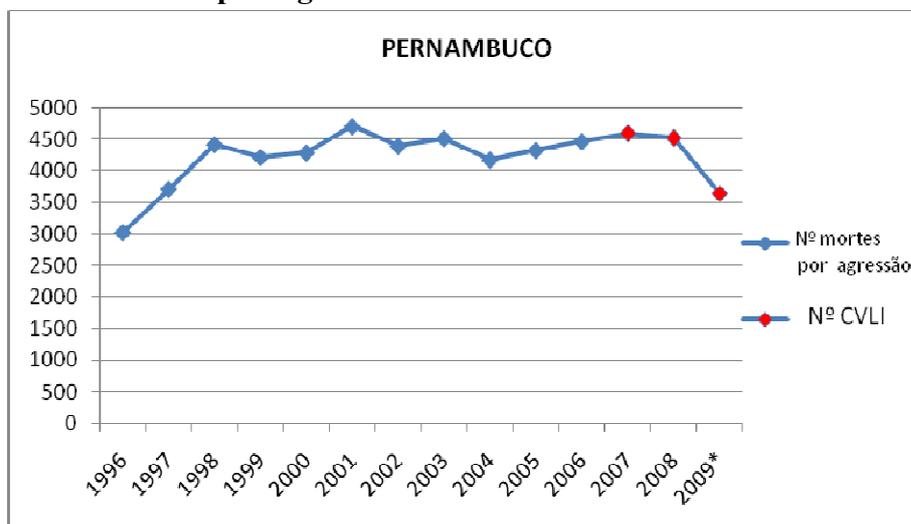
Em entrevista realizada com o Coordenador do Escritório de Gestão da SDS, o Sr. Bernardo D’Almeida, questionado sobre o atual panorama da violência no Estado e região metropolitana afirmou o seguinte:

Um levantamento de índices de violência iniciado em 2004 apontou um crescimento contínuo. A partir da adoção do Pacto Pela Vida (PPV), com várias medidas em níveis estratégico, tático e operacional observou-se uma reversão de tal tendência. No final do ano de 2009 o Estado atingiu a meta proposta no PPV com redução acima de 12%; tendo a Região Metropolitana e o Recife alcançado índices acima de 20%. (Entrevista concedida em: 22/02/2010)

A nova política estadual de segurança pública, o Pacto Pela Vida, entrou em vigor no mês de maio de 2007, nela foram estabelecidos 138 projetos estruturantes de prevenção e controle da criminalidade. O PPV tem como objetivo fundamental reduzir a violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida, cujos índices são alarmantes (graf. 5 e 6). Este cenário violento faz com que o Estado e sua capital, Recife, sejam considerados perigosos por turistas e por seus habitantes, o que, de certo, contribui favoravelmente para o crescimento do mercado da segurança privada, pois como exposto no primeiro capítulo, os índices de violência ajudam a compor o imaginário do medo.

⁷ Segundos levantamentos feitos pelo Ministério da Justiça em 2005, Pernambuco e Rio de Janeiro lideravam o ranking de homicídios no país. Em 2008 caem para o 3º e 4º lugares, respectivamente, sendo substituídos por Alagoas e Espírito Santo (FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano 11/04/2009).

Graf.5
Número de Mortes por Agressão* e Crimes Violentos Letais Intencionais**

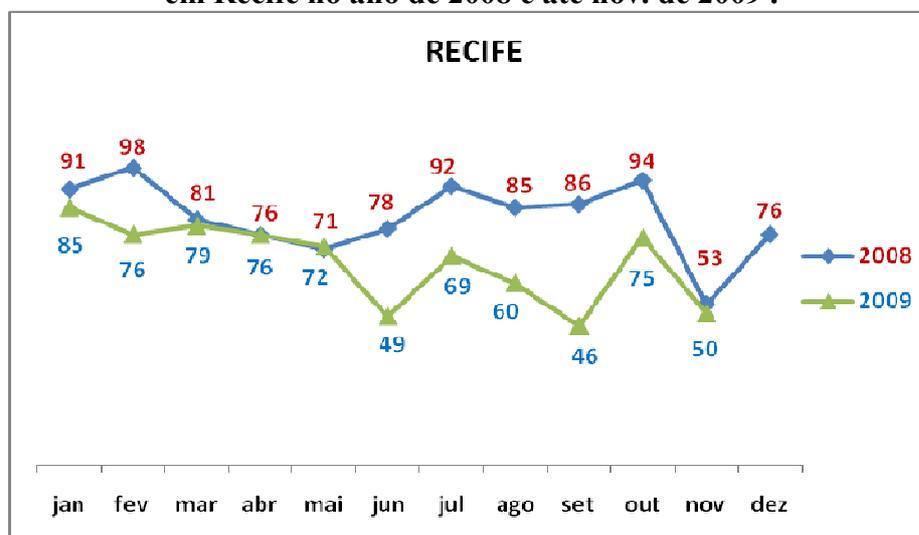


*Anos: 1996 a 2005. Fonte: SIM/DATASUS/MS

** Anos: 2007 e 2008. Fonte: SDS - Infopol

*2009: dados de jan à nov.

Graf.6
Número mensal de vítimas por crime violento letal e intencional em Recife no ano de 2008 e até nov. de 2009 .



Fonte: SDS – Infopol

Em relação aos tipos de crimes, observa-se que os Crimes Violentos contra o Patrimônio ou CVP (roubos e furtos) afetam todas as camadas sociais, porém, com destaque para a população mais abastada, ao passo que, os Crimes Violentos Letais e Intencionais ou CVLI (homicídios, latrocínios, lesões seguidas de morte e morte suspeita) atingem

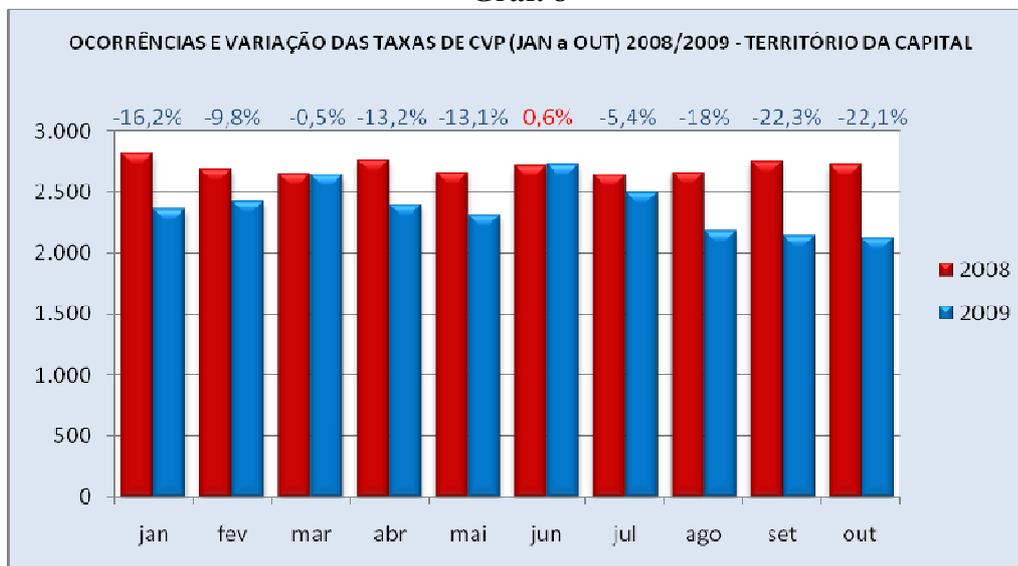
predominantemente a população de baixa renda⁸. Abaixo, gráfico (7) apresentando redução nas taxas de CVP de 2007 para 2008, com a primeira coluna representando a redução na capital, a segunda na região metropolitana e a terceira em ambas. E na sequência o gráfico (8) apresenta ocorrências e redução das taxas de CVP de 2008 para 2009:

Graf. 7



Fonte: SDS – Infopol – Pacto pela Vida

Graf. 8



Fonte: SDS – Infopol – Pacto pela Vida

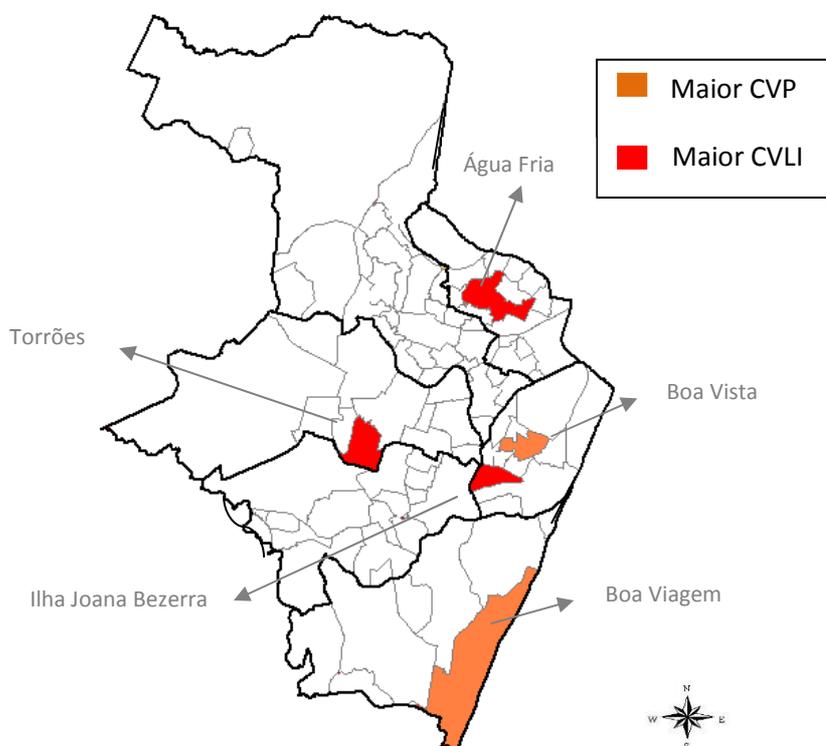
⁸ Segundo a coordenadora do Programa de Redução da Violência Letal do Observatório de Favelas, Raquel Willadino, baseada no Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) lançado em Julho/2009, o perfil dos adolescentes que mais morrem por homicídio no Brasil são: meninos, negros e moradores de favelas ou das periferias dos centros urbanos. Havendo uma forte relação com o tráfico de drogas. Extraído de: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/07/21/materia.2009-07-21.7520110277/view>. Acesso em: 23/10/2009.

De acordo com o Sr. Bernardo D’Almeida, algumas das causas para os altos índices de violências no Estado são: a falta de uma política pública de segurança consistente e a disseminação do crack (droga ilegal). Diz ainda que: “Não podemos deixar de comentar que a violência é um processo que não deve ser dissociado da questão social. O negligenciamento de alguns aspectos pode contribuir de forma decisiva para seu aumento”.

Mas, o mesmo garante que em todos os pontos da capital os índices de violência estão decrescendo. Contudo, em algumas localidades (mapa 1) faz-se necessária uma maior atenção da gestão de segurança:

Com relação ao CVP os Bairros de Boa Viagem e Boa Vista vêm merecendo ações especiais, que já estão sendo desenvolvidas a exemplo do vídeo monitoramento. No que diz respeito ao CVLI, as localidades com maiores carências sociais apresentam números mais preocupantes. Tais localidades são identificadas como pontos quentes e têm demandado ações específicas e esforços de todos os envolvidos com a segurança. Os bairros de Água Fria, Torrões, Ilha Joana Bezerra são exemplos de concentração de CVLI em índices acima da média. (Entrevista concedida em: 22/02/2010)

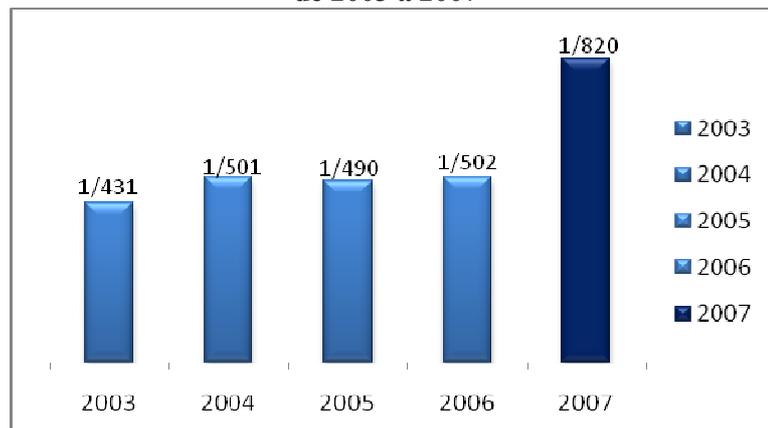
Mapa 1 - Bairros com maior ocorrência de CVP e CVLI



Fonte: Base do Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife 2005 / Coordenadoria de Gestão da SDS – PE.
Org./Ed.graf.: Luciana Cruz

Em relação ao efetivo policial, a segurança pública do Estado esteve acima da média nacional em 2003 (1/453), abaixo desta média nos anos de 2004 (1/455), 2005 (1/430) e 2006 (1/453) e teve um aumento significativo no ano de 2007 (Graf.9):

Graf.9
Número de Policial Militar por habitantes em Pernambuco
de 2003 a 2007*



Fonte: SENASP/MJ 2008

* Diretoria Geral de Operações da Polícia Militar de PE.

De acordo com a diretoria Geral de Operações da PM/PE, No ano de 2007 haviam 5 comandos divididos em 23 batalhões, e mais 5 comandos independentes distribuídos por todo o Estado conforme exposto no mapa (2). Na sequência a tabela (1) com número de policiais por batalhão:

Mapa 2 - Os Batalhões



Fonte: Polícia Militar de Pernambuco - Diretoria Geral de Operações de Polícia Militar, 2007.
 Org./Ed.graf.: Keilha Silveira e Luciana Cruz

Tab. 1- Relação entre batalhões (número de efetivo) e população da área abrangida em todo o Estado de Pernambuco em 2007

Batalhões	População 2007* (A)	Número de Policiais Militares –		(A/B)
		Existentes (B)	Disponíveis	
1ºBPM	391.433	385	280	1.016
1ºCIPM	62.979	122	89	516
2ºBPM	500.989	612	510	818
2ºCIPM	81.644	155	85	526
3ºBPM	306.183	418	265	732
3ºCIPM	168.460	173	132	973
4ºBPM	511.816	641	527	798
4ºCIPM	78.982	115	89	686
5ºBPM	327.140	524	456	624
5ºCIPM	89.133	99	72	900
6ºBPM	665.387	403	279	1.651
7ºBPM	297.648	316	276	942
8ºBPM	132.777	339	289	391
9ºBPM	486.317	547	455	889
10ºBPM	428.956	502	411	854
14ºBPM	202.044	397	226	508
15ºBPM	341.671	299	239	1.142
17ºBPM	550.194	537	393	1.024
18ºBPM	233.209	378	292	616
20ºBPM	231.658	303	203	764
21ºBPM	273.928	281	244	974
22ºBPM	319.334	339	278	941
23ºBPM	151.711	210	177	722
11/12/13/16/19BPM	1.533.580	2253	1677	680

Fonte: PM / PE - Diretoria Geral de Operações de Polícia Militar, 2007.

* População recenseada e estimada, segundo os municípios, fornecidas pelo IBGE para os anos intercensitários.

Na última linha destaca-se a Região Metropolitana do Recife. Pode-se notar que para o referido ano a diferença entre o número de policiais ativos em relação aos existentes demonstra o *déficit* na corporação. De acordo com a Secretaria de Defesa Social (SDS) em abril de 2009 Pernambuco ainda possuía um *déficit* de oito mil PMs.

Todavia, nos últimos anos foram realizados concursos para o provimento de vagas da PM no Estado e de acordo o chefe do executivo estadual a meta é ultrapassar o número de 21 mil PMs em 2010. Em 2009 a Polícia Civil já contava com um efetivo de 41% a mais de profissionais em relação ao existente em 2007⁹.

Segundo o Coordenador do Escritório de Gestão “a distribuição do efetivo visa ao equilíbrio das forças policiais no Estado. Para tanto, são considerados população, índices de violência, espaço geográfico, entre outros”.

No que tange ao espaço geográfico, alguns outros fatores interferem na operacionalização e na eficácia do serviço da polícia, tais como: tamanho da área de

⁹ Divulgado em matéria do Jornal do Comércio de dez.2009, Caderno Cidades, p.8.

cobertura, infra-estrutura (como número de viaturas), número de policiais existentes que difere do número de policiais disponíveis, ou seja, em atividade como exposto da tabela anterior. Como aponta Castilho (1998), ao se estudar a distribuição espacial de um serviço deve-se:

[...] “ultrapassar a dimensão da existência corpórea da produção e localização dos objetos espaciais na cidade, articulando-a a dimensão da sua existência relacional, ou seja, compreendendo os objetos espaciais como sistemas relacionados a outros sistemas, os sistemas de ações, constituindo uma totalidade, num contínuo e permanente movimento de totalização, envolvendo vários interesses sociais.” (p. 20)

A acentuada variação de policiais por localidade tem haver com sua concentração nos chamados “*hot spots*”, ou seja, nas áreas com maior número de ocorrências.

Dentre os projetos que compõem a Política Estadual de Segurança destacamos um de particular interesse para a geografia, que trata da Otimização da distribuição Espacial do Efetivo Policial. Sendo o espaço um componente estratégico essencial para a eficácia de qualquer serviço, ele não apenas transforma-se com a violência, mas também, pode ser um aliado no seu combate se bem utilizado. Este projeto tem como meta a criação de um sistema de avaliação da distribuição do efetivo policial que possibilite o mapeamento dos locais considerados vulneráveis a criminalidade. Acreditamos, no entanto, que a dimensão espacial do fenômeno vai além do mapeamento dos “*hot spots*” nas cidades. Pois a violência tem construído espaços que não se pode desconstruir apenas com ações policiais. São os espaços da exclusão, da indiferença e do medo.

Contudo, de acordo com a SDS, há um novo modelo de policiamento proposto, o QSPA (Quadrante de Segurança da Polícia Amiga), cuja operacionalidade deverá ser feita mediante a divisão dos bairros em quadrantes de 1,5 km a 2,5 km de extensão que ficará sob a responsabilidade de uma dupla de policiais de moto e uma viatura da polícia comunitária, com o intuito de promover um melhor conhecimento da área de atuação e uma melhor interação entre os profissionais e a comunidade. Parece, até então, o modelo mais coerente de utilização do espaço, porém, como aponta Ratton:

A idéia de polícia comunitária é bem-vinda, politicamente correta e operacionalmente adequada. Mas é exatamente aqui que reside o nó da questão: é preciso entender que, ou toda a polícia é comunitária, ou não há polícia comunitária. Não é possível pensar polícia comunitária em Boa Viagem e Casa Forte, se não houver polícia comunitária no Coque ou na Ilha do Maruim (JORNAL DO COMÉRCIO, Cidades 15/04/2001)

Entre as ações adotadas pelo Órgão de Segurança Pública do Estado para combater a violência estão às operações:

- Carrossel de Fogo – ostensividade da PM nos locais de alta incidência do CVLI;
- Repressão ao Crack – apreensão de crack e concomitante flagrante do traficante;
- Sossego – combate a poluição sonora e alcoolemia;
- Contra-Ameaça – atuação da polícia nos casos de ameaça contra a vida, buscando evitar o CVLI às vítimas de ameaças;
- Autoria CVLI – investigação de crimes contra vida objetivando a representação do autor do crime;
- Laudo prioritário – emissão de laudo pela polícia científica, dando prioridade aos relativos aos crimes contra a vida;
- Mandados – articulação com o PJ para obtenção de novos mandados de prisão;
- Malhas da Lei – captura de criminosos com mandados ou foragidos da justiça;

As quatro últimas ações permeiam o sistema de contenção do crime no âmbito da Polícia Judiciária e promovem as condições necessárias para o aumento da taxa de encarceramento no estado (Coordenadoria de Gestão da SDS-PE). Além das ações coercitivas, há também ações preventivas adotadas pela polícia que consiste em planejamentos operacionais pré-definidos e periódicos.

Embora os índices apresentem reduções nos últimos anos, tais reduções não causam impacto na sensação de medo da população. Sobre isso o chefe da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Túlio Kahn, em entrevista concedida ao Jornal do Comércio, esclarece:

Estamos há quase uma década com reduções expressivas nos homicídios. No entanto, a sensação de melhoria na segurança ainda permanece mais restrita as áreas de periferia. Nas regiões de classe média, onde o maior problema sempre foram os crimes contra o patrimônio o avanço tem maior dificuldade em ser percebido pelas pessoas (CADERNO CIDADES, Dez. 2009, p.8)

No Recife não é diferente, apesar dos resultados, a sensação de insegurança cresce nos bairros nobres da cidade e cada vez mais busca-se alternativas no setor privado. Sobre isso, o Coordenador de Gestão da SDS coloca:

É natural que diante do aumento da violência na última década haja um aumento da procura por segurança privada. O setor privado de segurança tem o seu papel quanto à função de proteção dos valores e bens quando solicitada a prestação pelo particular. Já a política de segurança é mais ampla e elaborada para a sociedade. (Entrevista concedida em: 22/02/2010)

A população de média e alta renda compõe o público consumidor deste setor, tanto porque podem arcar com os custos dos serviços privados, como por serem o público alvo de crimes contra o patrimônio, afinal, como afirmam os economistas “a utilidade associada aos ganhos do crime é derivada diretamente do valor monetário dos ativos subtraídos às vítimas: quanto mais abastadas sejam estas últimas maiores os ganhos do crime” (FAJNZYLBER, ARAÚJO Jr, 2001). Este público vem adquirindo as soluções propostas pelo mercado transformando-se em prisioneiros em suas propriedades e evitando contato com seus desiguais. Não que as populações mais carentes não sofram com o problema em questão, de certo sofrem ainda mais por serem alvo de muitas outras formas de violência. Independente de classes, todos são afetados e todos criam suas estratégias de proteção, mas é importante ter em mente que, algumas dessas supostas “soluções” apenas alimentam o problema. E embora, este trabalho detenha-se sobre a população de média e alta renda, não menos importante é saber quais as estratégias que as classes menos favorecidas têm desenvolvido para se proteger da violência e sua percepção diante do fenômeno. Não com as mesmas opções de escolhas, criam suas estratégias e aparatos de proteção, tais como: cães, cacos de vidros sobre os muros, grades e cadeados, serviços de vigilância informal (homens do apito), entre outros. No entanto, além de demandar mais tempo de investigação, este público já vem sendo investigado em outro trabalho¹⁰.

De acordo com o II ESSEG (2005), que abrange o setor de vigilância, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação, o número de vigilantes contratados no Estado passou de 10,4 mil em 2002 para 12 mil homens em 2004, ou seja 15% em apenas dois anos. O faturamento do setor no Estado chegou a 274 milhões de reais em 2004, com projeção de 311 milhões para 2005. Só o ramo da segurança eletrônica movimentou 25 milhões de reais no Estado em 2007 (AESE/PE). Estes dados, além de não serem atuais, pois, o único estudo disponível é o do próprio setor (2005), também não cobrem todo o universo da segurança privada, pois ela inclui vários tipos de serviços além de vigilância (venda e instalação de equipamentos, monitoramento, etc.). Devido a essa variedade de serviços torna-se difícil contabilizar com exatidão o número de empresas atuantes no mercado. Por exemplo, a RAIS (2007) passou por mudanças nos seus aplicativos alterando os códigos do CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica) e suas

¹⁰ Ver BOTELHO 2009.

descrições, o que causou uma dispersão ainda maior dos serviços que englobam o universo da segurança privada. O quadro abaixo demonstra como alguns desses serviços estão dispostos:

Quadro 1

DESCRIÇÃO DOS CÓDIGOS DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA- CNAE 2.0	
<p>CÓDIGO 8011-1 EMPRESA DE SEGURANÇA EMPRESA DE VIGILÂNCIA ESCOLTA DE PESSOAS E BENS; SERVIÇO DE GUARDA DE SEGURANÇA; SERVIÇO DE GUARDA PATRIMONIAL; SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PESSOAS; SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PROPRIEDADES; SERVIÇO DE SEGURANÇA DE LUGARES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS SEGURANÇA INDUSTRIAL; SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA; SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA; SERVIÇOS DE ADESTRAMENTO DE CÃES DE GUARDA; SERVIÇO DE CÃES DE GUARDA; SERVIÇO DE ADESTRAMENTO</p>	<p>CÓDIGO: 8020-0 ALARMES DE INCÊNDIO; SERVIÇO DE ALARMES DE PROTEÇÃO A ROUBOS; SERVIÇOS DE COFRES, TRANCAS E TRAVAS; INSTALAÇÃO, REPARAÇÃO AJUSTE MECÂNICO DE; CONTROLE A DISTÂNCIA DE SISTEMAS DE SEGURANÇA; LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS ROUBADOS MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM A VENDA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ASSOCIADAS MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA; SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE VEÍCULOS COM RASTREAMENTO VIA SATÉLITE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA; SERVIÇOS DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICOS; SERVIÇOS DE VEÍCULOS ROUBADOS; SERVIÇOS DE RASTREADORA DE VEÍCULOS ROUBADOS; SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE</p>

Fonte: RAIS – MTE.

Para o Estado de Pernambuco, pelos referidos códigos havia 59 estabelecimentos e 10.189 empregados em 2006, passando para 68 e 11.644, respectivamente, em 2007. Além destes códigos, há ainda o 4321-5 que abarca os serviços de instalações elétricas em geral, no qual, estão inseridos os alarmes contra roubos em edificações. Os serviços de assessoria em segurança e transporte de valores também estão dispersos em outros códigos. Já segundo o SISVIP (Sistema Nacional de Vigilância e Segurança Privada) há no Estado 77 empresas cadastradas segundo relação emitida em 12 de janeiro de 2010 (relação em anexo). Esta relação contém as empresas de vigilância, escolta armada, transporte de valores e cursos de capacitação no Estado. Na pesquisa de campo notou-se a predominância de algumas delas no serviço residencial como: A Nordeste, a SEAPP, e o Grupo SEG (Fig.1,2 e 3):

Fig. 9, 10 e 11– Logomarcas de Empresas de Segurança.



Fotos: Luciana Cruz

Oferecendo serviços 24 horas e pronto atendimento em casos emergenciais o setor vem ganhando credibilidade e conquistando cada vez mais espaço no provimento de serviços tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. E tem no ramo imobiliário um forte aliado, uma vez que, os artigos de segurança são usados como atrativos na venda de imóveis residenciais, como exposto na propaganda abaixo:

Fig.12 – Propaganda de Imóvel Residencial

Edifício ARCADIA Rua Amaro Coutinho, 580. Próximo a Praça do Rosarinho

3 Quartos (1 Suíte)
2 Vagas de Garagem*

- Apartamento todo de cerâmica
- Cabeamento para internet
- Hall decorado
- Sala de ginástica montada e climatizada
- Sala de jogos montada
- Brinquedoteca/Lan house
- Minicampo
- Sauna
- Piscina com raia
- Playground equipado
- Espaço gourmet
- Salão de festas com copa/ber
- Cozinha complementar
- Gerador
- Opção para hidrômetro individual
- Guarita blindada
- Sensor de presença nos muros
- Circuito fechado de TV
- Anelômetro
- Isolamento acústico na cobertura

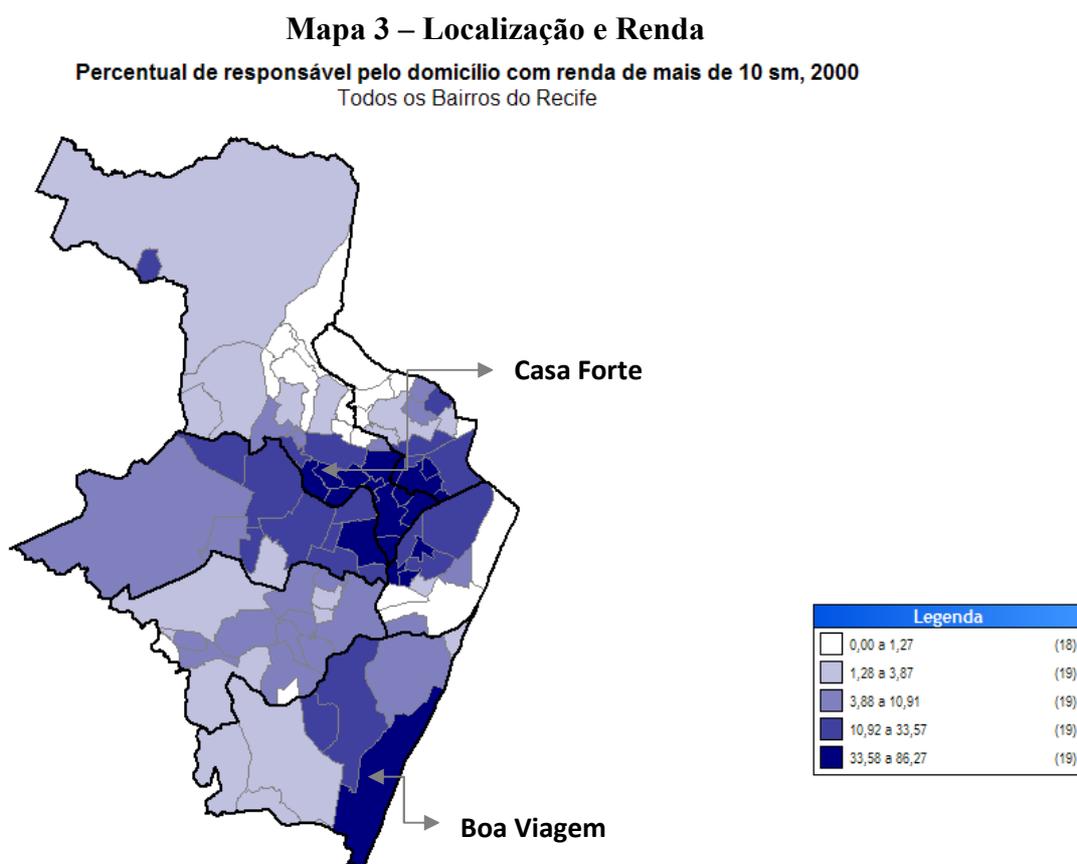
ESTABILIDADE
AQUI OS JUROS NÃO

Guarita blindada
Sensores de presença nos muros
Circuito fechado de TV

3.2 CARACTERIZANDO AS ÁREAS DE ESTUDO E O PÚBLICO PESQUISADO

A cidade do Recife cresce e se destaca no cenário regional e nacional, no entanto, mantém problemas estruturais históricos como a extrema desigualdade sócio-territorial, onde grande parte da população vive em condições precárias de saneamento, habitação e trabalho. Todavia, é importante reconhecer os avanços que tivemos nos últimos anos na provisão de alguns serviços, mas, no que tange aos serviços de segurança observa-se uma expansão do ramo privado que extrapola do setor comercial para o setor residencial.

Embora possuam diferenças em relação a sua formação histórico-territorial os dois bairros escolhidos abrigam tradicionalmente uma população de média e alta renda na cidade e por isso foram selecionados como campo de estudo, pois constituem o público alvo para o ramo privado da segurança, uma vez que, podem arcar com os custos destes serviços. Ambos possuem habitantes cuja renda do responsável pelo domicílio pode ultrapassar 10 salários mínimos como ilustra o mapa 3:



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.
Org./Ed.graf.: Luciana Cruz

De acordo com o último censo, Casa Forte possuía uma população residente total de 4.475 mil hab., numa área de 57,1 ha e densidade demográfica de 78,38 hab./ha, estando localizado na zona norte da cidade e Boa Viagem possuía uma população de 100, 388 mil hab., numa área de 738,1 ha e densidade demográfica de 136 hab./ha., sendo assim, considerado o bairro mais povoado da cidade, localizado na zona sul. Há uma intensa dinâmica diária nestes bairros pela presença de várias atividades comerciais, ambos abrigam

shoppings e diversos estabelecimentos de lazer como bares e restaurantes. No bairro de Boa Viagem há uma imensa gama de atividades ligadas ao turismo e atividades empresariais pela proximidade do Aeroporto Internacional e por possuir a Praia Cartão postal da cidade.

Mas estes bairros não abrigam apenas a população de média e alta renda na cidade, pois, neles localizam-se também comunidades carentes. A tabela 2 mostra o resultado dos principais índices de desigualdade nestes bairros e na sequência a fig. 13 ilustra essa disparidade em Boa Viagem:

Tabela 2 - Índices de Desigualdade por Unidades de Desenvolvimento Humano

UDH	Índice de Gini, 2000	Índice L de Theil, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população, 2000.	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, 2000.
CASA FORTE / PARNAMIRIM / JAQUEIRA / MONTEIRO	0,5	0,62	50,92	1,32
BOA VIAGEM - Shopping	0,42	0,33	46,78	4,82
BOA VIAGEM - Zeis: Entra-Apulso e Ilha do Destino	0,72	0,98	77,56	0,65
BOA VIAGEM / PINA - Orla, Av. Herculano Bandeira	0,61	0,78	63,41	1,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Fig.13 Favela Entra Apulso em Boa Viagem



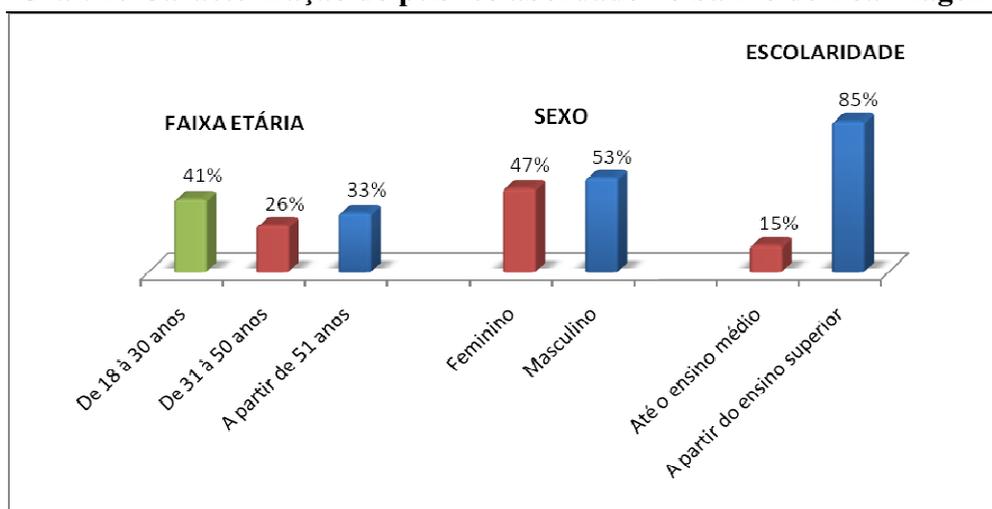
Extraído de: www.fotolog.com/recife em 15/10/09.

Em Boa Viagem, de acordo com a URB-Recife (2001) havia 7 áreas pobres no bairro: Borborema, Entra a Pulso, Ilha do Destino, Favela do Joca, Beira Rio, Padre Giordano e Rio Azul (*apud* RIQUE 2005). Estudos recentes acrescentam mais 9 comunidades que são: Coqueiral, Pocotó, Lage, Curral, Veloso, Deus nos Acuda, Cigano, Xuxa e Pantanal (MONTEIRO e LANICELLI, 2008) Em Casa Forte a comunidade carente mais próxima é a Ilha das Cobras.

Em relação à segurança, Boa Viagem conta com uma delegacia e o bairro está dividido em onze quadrantes onde 22 motos e 11 viaturas fazem o policiamento nas suas principais avenidas (Av. Boa Viagem, Av. Conselheiro Aguiar e Av. Domingos Ferreira), empregando um total de 198 policiais até Dez/2009 (SDS). Neste mesmo período passou a contar também com o modelo de policiamento do tipo QSPA. Casa Forte está circunscrito na área de cobertura da delegacia de Casa Amarela (bairro vizinho). O bairro conta com policiamento feito em viaturas, motos e bicicletas.

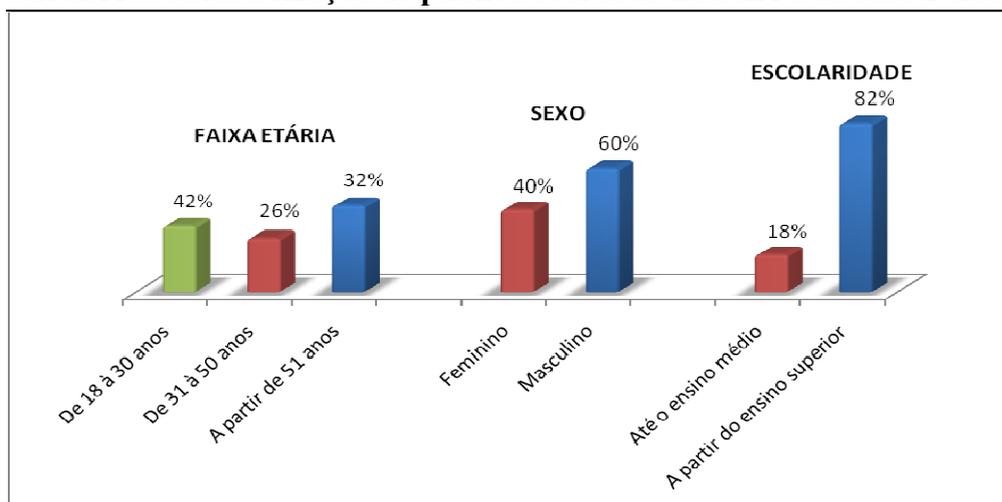
Os dados primários, ou seja, coletados em trabalho de campo foram conseguidos por meio de questionários (em apêndice). Foram aplicados 150 questionários (50 em Casa Forte e 100 em Boa Viagem) coletados até o dia 12 de janeiro de 2010, apenas um por residência (casa ou apartamento). Cada questionário composto por 20 questões de múltipla escolha com espaços adicionais para opiniões livres as quais foram transcritas sem alterações. Algumas abordagens obtiveram caráter de entrevista pela coleta de informações adicionais e alguns questionários excederam os limites oficiais do bairro de Casa Forte, mas foram considerados pela proximidade de seus limites como exposto no mapa (3) adiante. Embora, a quantidade de questionários coletados possua pouca consistência estatística, especialmente em Boa Viagem por ser o bairro mais populoso da cidade o que merecia uma representatividade maior, muitas foram as dificuldades enfrentadas em campo, tanto pela sua extensão territorial como pelas recusas no auxílio a pesquisa. Contudo, como o intuito deste trabalho é fazer uma análise qualitativa, acredita-se que deste universo é possível extrair informações significativas e que nos permitirá obter uma amostra perceptiva dos moradores diante da problemática em questão. Os gráficos 10 e 11 mostram a divisão do público pesquisado por sexo, faixa etária e escolaridade:

Graf. 10 Caracterização do público abordado no bairro de Boa Viagem



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Graf.11 – Caracterização do publico abordado no bairro de Casa Forte



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Buscou-se abarcar a extensão territorial dos bairros coletando questionários em diversos logradouros para tentar, ainda que com limitações estatísticas, obter certa representatividade espacial. Os pontos de coleta expostos nos mapas (4 e 5) a seguir são referências simbólicas que representam a quantidade e o local onde os questionários foram coletados:

Mapa 5 - Sistema viário e pontos* de coleta de questionários no bairro de Boa Viagem.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Editado por: Luciana Cruz

* Os pontos de coleta em azul são apenas demonstrativos.

3.3 VIOLÊNCIA REAL E IMAGINÁRIO DO MEDO: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DOS BAIROS DE CASA FORTE E BOA VIAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA E A SEGURANÇA NA CIDADE

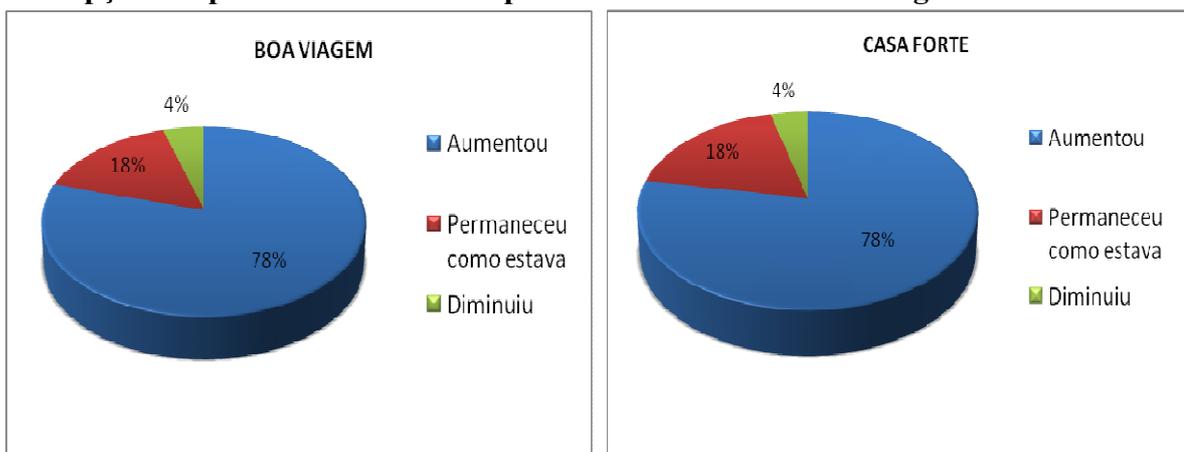
Muitas foram as dificuldades encontradas na coleta dos questionários, mas a principal barreira a enfrentar foi o medo, o receio das pessoas em fornecer qualquer informação sobre segurança. A maioria dos questionários coletados foi conseguida mediante a apresentação de declarações e minuciosa explicação do intuito deste trabalho. Muitas foram às recusas, pois na cidade do medo a desconfiança no outro, prevalece.

Do público total abordado 92% residem em apartamentos, uma vez que, pelo intermédio de porteiros e zeladores ficava mais fácil conseguir contato com os moradores e também por serem bairros cuja maioria dos domicílios são verticalizados. Os dados de cada bairro serão expostos separadamente, desta forma, estar-se-á preservando suas peculiaridades o que nos permitirá também, tecer algumas comparações. O questionário contém 20 perguntas com opções de repostas e espaços para opiniões livres, as quais foram transcritas sem alterações

Nas primeiras questões teve-se a intenção de tentar apreender a percepção das pessoas em relação a violência na cidade e no bairro onde residem. A partir disso, os gráficos 12 e 13 buscam demonstrar a percepção dos moradores sobre a violência na cidade do Recife nos últimos anos:

Graf. 12 e 13

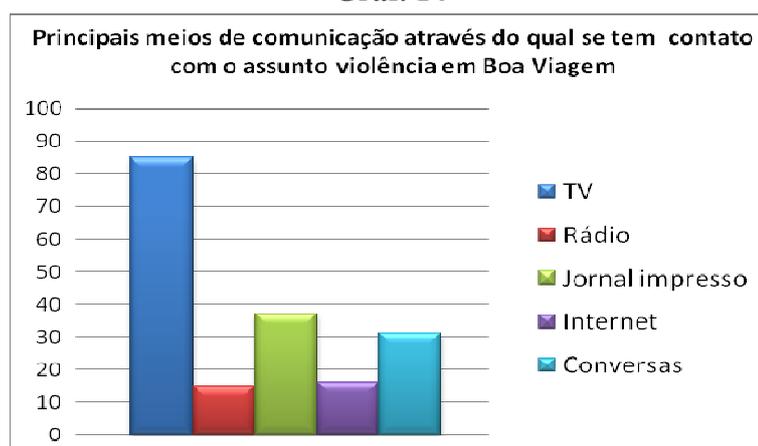
Percepção temporal da violência do público abordado em Boa Viagem e em Casa Forte



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

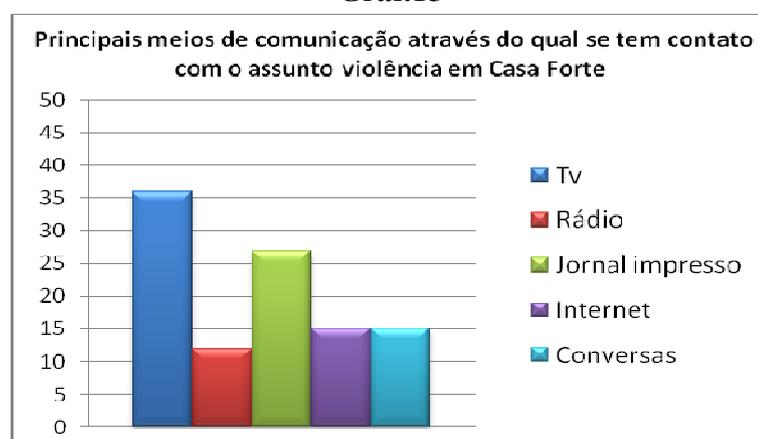
Embora o universo de pessoas abordadas tenha sido diferente em cada bairro (100 em Boa Viagem e 50 em Casa Forte) os resultados a primeira questão foram idênticos. Como exposto nos gráficos acima. A maior parte do público questionado nos dois bairros acredita que a violência na cidade tem aumentado, embora, a secretaria de Defesa social apresente índices em queda nos últimos anos. Este fato está diretamente relacionado aos elementos que constroem o imaginário do medo, entre eles, à mídia merece destaque. É preciso reconhecer o importantíssimo papel da mídia como difusor de informação, pois como afirma o Coordenador de gestão da SDS: “Informações repassadas de forma precisa e responsável ajudam a população a conhecer seu ambiente e reivindicar ações das autoridades responsáveis”. No entanto, quando mal utilizado, como em programas de cunho sensacionalista, torna-se o principal difusor da “cultura do medo”. Os gráficos abaixo exibem os meios de comunicação através do qual se tem mais contato com o assunto violência de acordo com o público questionado:

Graf. 14



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Graf.15



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Além dos meios de comunicação eletrônicos e impressos, as conversas também têm um papel relevante na composição do imaginário do medo através dos relatos de experiências alheias. Por exemplo, do público total abordado nos dois bairros 86 % possui um amigo ou parente que já foi vítima de um crime na cidade do Recife. Mesmo quem nunca foi vítima direta de um crime (42% do total) compartilha do mesmo sentimento de medo e sensação de insegurança.

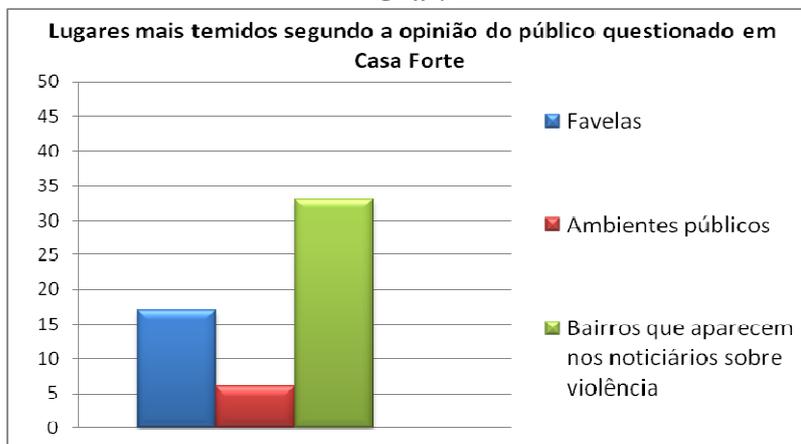
Outro fator que reforça o papel da mídia na formação do imaginário do medo é a conseqüente estigmatização de determinados lugares. Por exemplo, os bairros pobres do Recife, além de apresentarem uma série de carências em relação à infra-estrutura básica são também considerados espaços inseguros, pois em alguns casos, possui habitantes envolvidos com a criminalidade. Com isso, aparecem constantemente nos noticiários sobre violência e acabam sendo temidos por habitantes de outras áreas da cidade:

Graf. 16



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Graf. 17

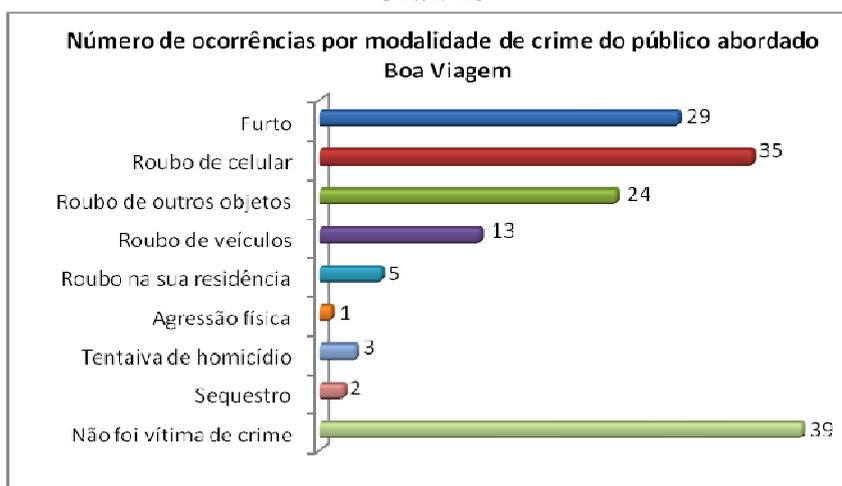


Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

As pessoas constroem seus mapas mentais sobre a cidade baseadas em seu imaginário. Por muitas vezes temem lugares que não conhecem e onde nunca estiveram. Essa gradual divisão da cidade em espaços “seguros” e “inseguros” acabam por consolidar o processo de fragmentação. É cada vez maior a valorização de espaços privados, monitorados e exclusivos.

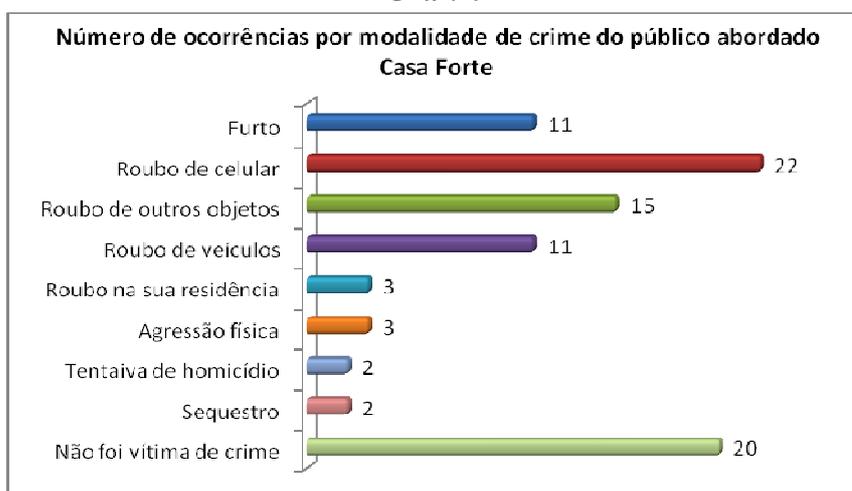
Voltando a questão espacial da distribuição dos crimes segundo sua natureza, de fato, nos bairros pesquisados os tipos de crimes mais comuns são roubos e furtos. Os gráficos a seguir demonstram os tipos de crimes dos quais foram vítimas os pesquisados dentro e fora de seus bairros, devendo considerar-se que, uma única pessoa pode ter sido vítima de mais de um tipo de crime, ou seja, os números correspondem a quantidade de delitos sofridos e não ao número de vítimas (Graf.18 e 19):

Graf. 18



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Graf.19



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Das 100 pessoas questionadas em Boa Viagem 49 foram vítimas de delitos no próprio bairro e das 50 pessoas questionadas em Casa Forte 14 foram vítimas no bairro. Nestes casos, a aquisição de aparatos e serviços de segurança são derivados de experiências diretas, não tendo apenas o imaginário como causa. Este pode ser o motivo pelo qual boa parte deste público não percebe nenhum avanço nas políticas de segurança pública, visto que, as políticas são voltadas, principalmente, à redução das taxas de homicídios, tipo de crime que acomete em especial a população de baixa renda.

A falta de confiança no sistema público de segurança é um dos elementos primordiais para o fortalecimento da sensação de insegurança da população. Das pessoas que sofreram os delitos acima mencionados 41% não registraram ocorrência, entre os motivos alegados estão: a falta de confiança na polícia e o baixo valor dos objetos roubados, como celulares por exemplo. E os que registraram ocorrência em sua maioria declaram insatisfação com o atendimento nas delegacias. Essa falta de confiança não é apenas para com a Polícia Militar e Civil, ela se estende a todo o aparelho público de segurança. Como demonstra os relatos abaixo:

Os órgãos de segurança pública do Estado estão ultrapassados e as informações prestadas à população são insatisfatórias ou fantasiosas. (Procurador de justiça, 60 anos, residente na av. 17 de agosto, Casa Forte)

O sistema penitenciário está falido, a violência é comandada de dentro dos presídios, sendo um mero centro de tráfico de drogas sem possibilidade de recuperação ao convívio social dos detentos. A facilidade de aquisição de armas de fogo é enorme. Os fabricantes deveriam passar uma forte fiscalização. (Advogado, 26 anos, residente na av. Boa Viagem)

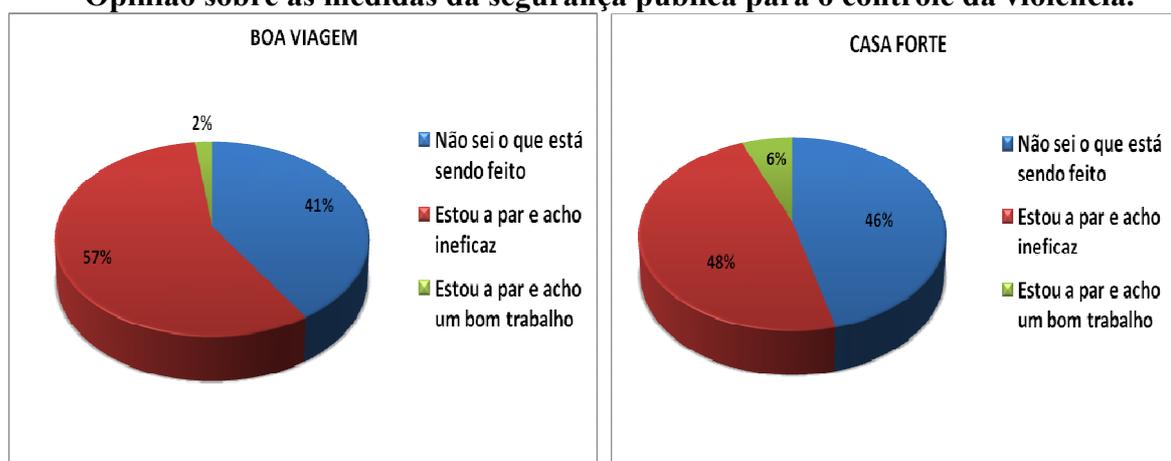
É perceptível nos discursos que o mau funcionamento de uma das partes prejudica a imagem do todo. E de fato, enquanto sistema interligado sua eficácia depende do funcionamento de toda sua estrutura.

Segundo a opinião do público pesquisado, entre as ações propostas para combater a violência de um modo geral, as mais eficazes seriam: os programas de combate a pobreza, seguido do aumento do policiamento e da aplicação de penas mais rigorosas. Os programas de combate a pobreza são tidos como medidas de longo prazo que atingem a origem do problema, partindo da idéia de que a reduzida capacidade de escolha e a falta de acesso a determinados bens acarreta comportamentos desviantes. No entanto, essa relação direta entre

pobreza e violência apresenta alguns obstáculos lógicos evidenciados por Ratton¹¹, tais como: a) apenas uma ínfima parcela da população pobre envolve-se em crimes, b) a melhoria de indicadores sociais não é acompanhada por uma queda nos índices criminais, etc. Porém, não nos cabe aqui aprofundarmos esta discussão. Já o aumento do policiamento é constantemente reivindicado por proporcionar uma sensação de segurança imediata. Quanto às penalidades previstas na legislação brasileira é necessário ter em mente que a solução não está em torná-las mais rigorosas, e sim, que sejam aplicadas com maior rigor e de forma mais igualitária. Sobre isso o morador de Boa viagem argumenta: [...] “é necessário agilidade no julgamento dos processos judiciais. Não adianta leis mais severas se o Estado não tem como aplicá-las” (Aposentado, 61, residente na Av. Domingos Ferreira).

No entanto, apesar da opinião generalizada sobre a ineficiência do serviço público de segurança, muitos não conhecem seu funcionamento (graf. 20 e 21):

Graf. 20 e 21
Opinião sobre as medidas da segurança pública para o controle da violência.



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Mesmo os que afirmam acompanhar os índices de criminalidade não se sentem seguros com os resultados, pois como já mencionado, os índices não servem para minorar a sensação de medo da população a curto prazo.

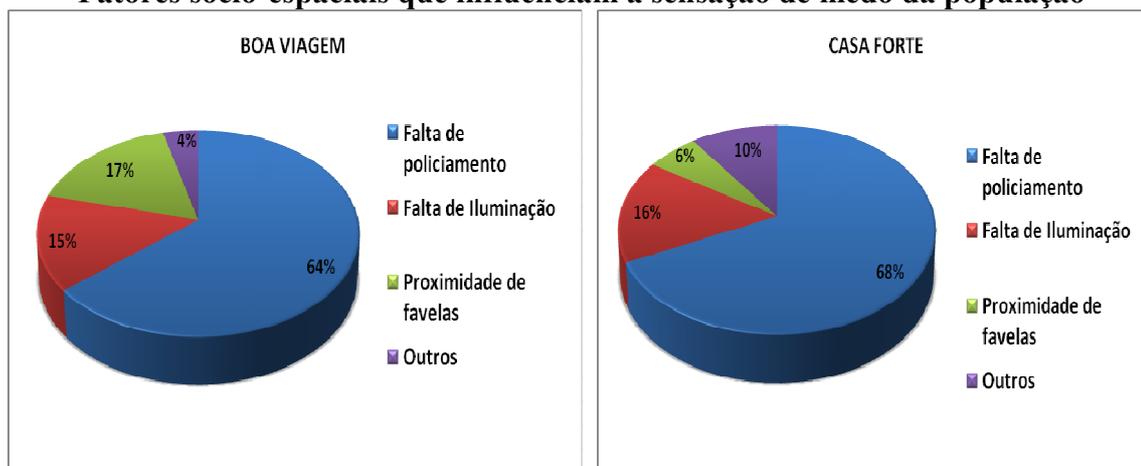
Quando questionado sobre medidas que vise minorar diretamente a sensação de insegurança da população o Coordenador de gestão da SDS explica:

¹¹ Artigo na íntegra em: Jornal do Comércio, Raízes da Violência II, 14/08/2002.

Todo trabalho desenvolvido na Secretaria de Segurança Pública tem o objetivo de combater a violência e gerar segurança para a população. Algumas das Operações periódicas, ao exemplo da operação avalanche, transmitem aos cidadãos a sensação do aumento de segurança por contar com policiais atuando ostensivamente nos principais corredores das cidades pernambucanas. Além disso, foram implementados no final de 2009 os Quadrantes de Segurança da Polícia Amiga – QSPA. Os quadrantes consistem em presença de Polícias Militares nos bairros com maiores índices de crimes violentos contra o patrimônio – CVP. O QSPA é realizado de maneira a proporcionar visibilidade aos moradores e comerciantes do quadrante quanto à presença das polícias através de uma doutrina comunitária.

Em relação ao QSPA, por tratar-se de uma ação muito recente ainda não podemos avaliá-la como uma ação que influencie a opinião popular. Com relação as demais ações adotadas pelos órgãos de segurança, apenas a presença do policial militar nas ruas contribue para uma efetiva sensação de segurança como revelam os graficos abaixo:

Graf. – 22 e 23
Fatores socio-espaciais que influenciam a sensação de medo da população



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

A evidente diferença de opiniões entre os bairros quanto à proximidade de favelas deve-se ao fato de que dentro do bairro de Boa Viagem há muitas pessoas residindo em aglomerados subnormais. Os “outros” ambientes citados referem-se, sobretudo, a locais desertos, com pouca circulação de pessoas. Mesmo aumentado o efetivo policial ao máximo, sua presença em todos os lugares é impossível.

Com relação as estratégias adotadas pela população, está cada vez mais visível na paisagem das cidades, especialmente em bairros nobres, a adesão a formas privadas de segurança. Adere-se a uma variedade de artigos eletrônicos e serviços de vigilância. Quanto

mais luxuosas as residências, mais protegidas (Fig 14), porém, até mesmo residências não luxuosas possuem aparatos de proteção como câmeras de vídeo e cercas elétricas (fig. 15 e 16) :

Fig 14 – Sistema de vigilância 24h – Boa Viagem



Fig.15 - Residência com concertina e cerca elétrica - Casa Forte

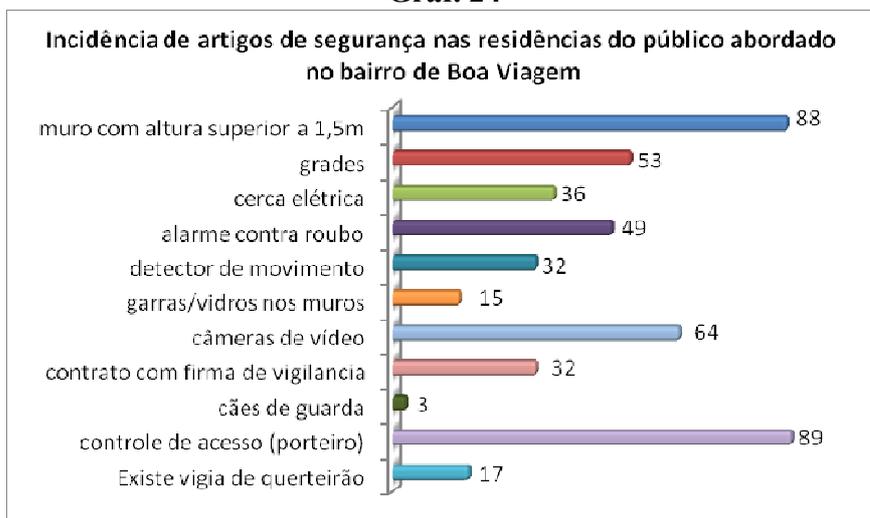


Fig.16 - Câmera de vídeo - Boa Viagem.



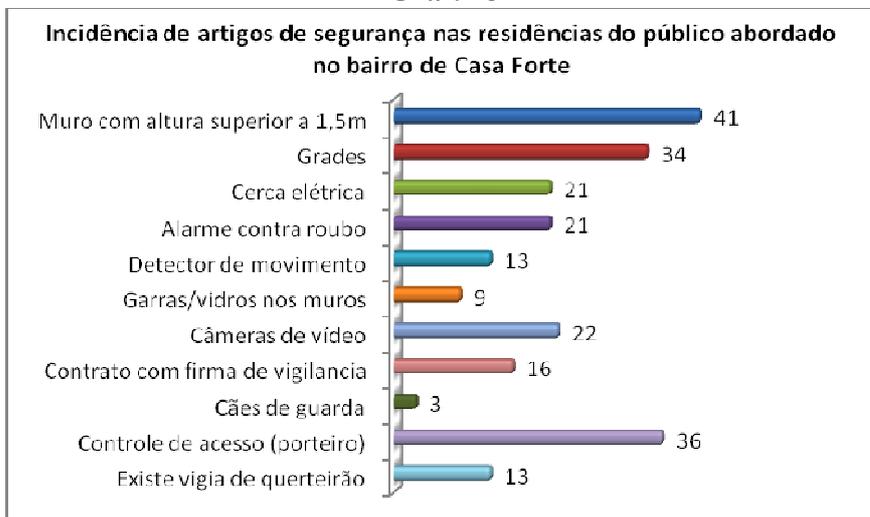
Estes objetos que até poucos anos não faziam parte destas paisagens, configuram hoje uma nova morfologia espacial, a morfologia do medo. Os gráficos a seguir mostram a variedade e o grau de incidência desses artigos nas residências do público abordado nos bairros pesquisados:

Graf. 24



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Graf. 25



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Considerando o universo do público pesquisado em cada bairro e os objetos acima relacionados, obteve-se os seguintes percentuais: em Boa Viagem 34% do moradores possuem até 3 artigos de segurança, 60% possuem de 4 a 8 artigos e 6% possuem mais de oito artigos. Em Casa Forte 40% dos moradores possuem até 3 artigos, 52% possuem de 4 a 8

artigos e 8% possuem mais de 8 artigos. Sobre o uso destes artigos o morador do bairro de Casa Forte argumenta:

De fato, é necessária a existência de alguns desses artigos quando sentimos que a falta de segurança pública é demasiada. O exagero do muro alto, um dos itens relacionados acima, pode aumentar a falta de segurança de maneira generalizada, tanto no espaço privado e, ainda mais, no espaço público. Na década de 60, a americana Jane Jacobs, no seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, já defendia a presença dos "olhos da rua". Isso acontece quando as pessoas enxergam as outras entre o espaço público e o privado. Da portaria do meu edifício, o porteiro consegue avistar uma mínima parte da rua. O medo está estabelecido quando ele houve qualquer barulho estranho. O medo está no que não pode ser visto. Você pode estar do lado de dentro ou do lado de fora, quando ninguém lhe vê e você não vê ninguém, a total falta de segurança existe. Isso é a falta de vigilância natural da população. (Arquiteto e Urbanista, 25 anos, residente na Rua Agrestina, limite com o bairro de Casa Forte)

A questão da vigilância natural da população, pertinentemente levantada pelo entrevistado, é muito relevante, pois a sensação de segurança no uso de determinados espaços depende em muitos casos de sua movimentação (pedestres, veículos, comerciantes). Por isso, a retomada de laços de solidariedade e vizinhança é muito importante, assim como, a recuperação ou valorização dos espaços públicos para re-estabelecer uma dinâmica populacional. Entre as razões para a adesão das pessoas aos objetos e serviços privados de segurança a prevenção é a principal delas:

Graf. 26 e 27
Principais motivos para a aquisição dos aparatos de segurança



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Os “outros motivos” são de pessoas que compraram imóveis onde já existiam tais artigos, portanto não participaram do processo decisório para sua instalação.

Deve-se considerar também a questão do “status social”, pois os sofisticados equipamentos de segurança representam também acesso a bens e serviços seletos e modernos.

A maioria dos moradores (61%) alegam sentir-se mais seguros com os equipamentos e serviços privados de segurança, no entanto, reconhecem que sua eficácia é limitada, pois existem inúmeros casos de roubos a condomínios e residências que os possui. Inclusive, até os próprios equipamentos de segurança estão precisando de proteção:

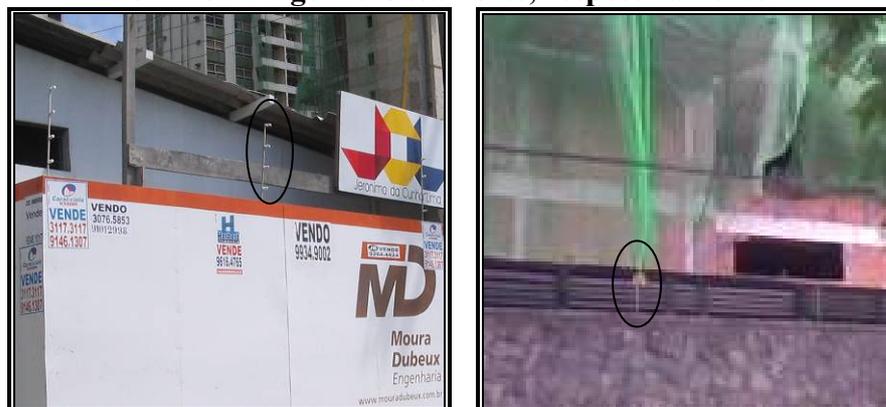
Fig. 17 e 18 – Câmeras de vídeo em condomínios no bairro de Casa Forte.



Fotos: Luciana Cruz

Entre tendências observadas em campo destaca-se a utilização de proteção mesmo nos edifícios em construção, a elevação de guaritas de segurança e o uso de portões duplos (Fig. 19, 20, 21 e 22):

**Fig. 19 e 20.
Cercas elétricas nos edifícios em construção
em Boa Viagem e Casa Forte, respectivamente.**



Fotos: Luciana Cruz

Fig. 21 e 22.
Elevação de guarita e portão duplo no bairro de Boa Viagem.



Fotos: Luciana Cruz

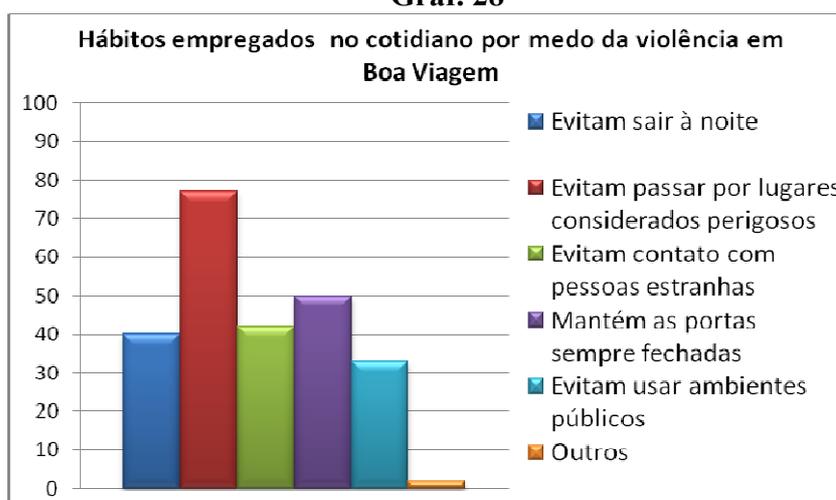
O que fazer, então, quando as “soluções” do mercado falham? Criar novas tecnologias? Ampliar o panoptismo foucaultiano a todos os espaços de vivência? O que de fato vem ocorrendo pois, para auxiliar no combate ao crime a Secretaria de Defesa Social conta com uma central de monitoramento com cerca de 200 câmeras de longo alcance espalhadas pela cidade¹². As câmeras são utilizadas para prevenção e flagrante de crimes e já possibilitou a captura de alguns criminosos. Além disso, praticamente todos os veículos do transporte público possuem câmeras instaladas.

Quais serão as consequências espaciais de todas essas mudanças socio-culturais e econômicas? Há quem diga que este assunto não é pertinente a ciência geográfica, mas os processos sociais não só transformam os espaços, como também, são condicionados por ele. Os artigos de proteção são provas concretas de que vivenciamos um novo tempo histórico, o tempo da imobilidade física ou da mobilidade limitada, vigiada. A configuração espacial da cidade se reconstrói baseada na fragmentação entre espaços “proibidos”, “evitados”, “esquecidos” e espaços “seguros”, “seletos”.

Neste caso é difícil precisar se as mudanças espaciais ocasionaram as mudanças sociais ou se as mudanças sociais acarretaram novas formas espaciais, o fato é que uma não acontece sem afetar a outra. No que tange as ações sociais, os gráficos 28 e 29 expõe algumas mudanças de hábitos e estratégias de proteção empregadas no dia-a-dia por medo da violência:

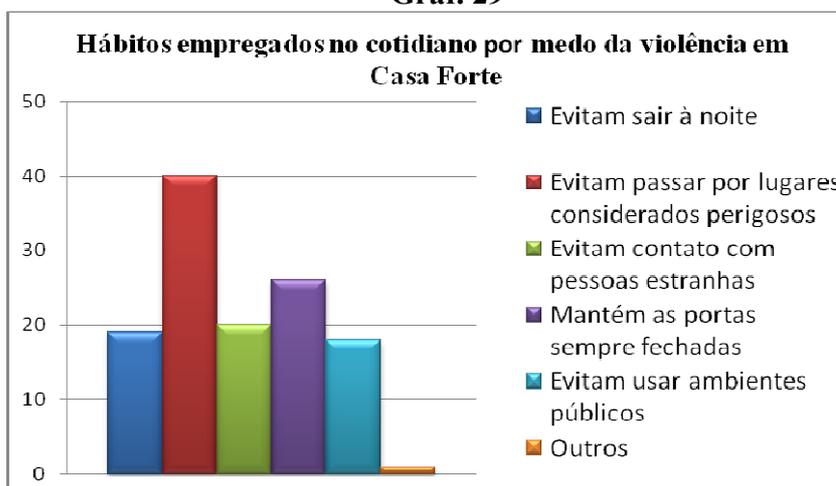
¹² Dados divulgados pela SDS/PE, através do site: www.sds.pe.gov.br em: 10/01/2010.

Graf. 28



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

Graf. 29



Fonte: Questionário aplicado em trabalho de campo.

É importante ressaltar que evitar sair à noite e usar ambientes públicos, foram respostas dadas, predominantemente, por pessoas acima de 50 anos, ao passo que os mais jovens evitam os lugares considerados perigosos, ou seja, os espaços estigmatizados. Essas ações estabelecem novos padrões de convívio social, baseado no individualismo, na seletividade espacial e na valorização do privado em detrimento do público

Assim como aconteceu na educação e na saúde, a parcela da população que tem condições de arcar com os custos de uma vida mais digna prefere recorrer ao setor privado, adquirindo produtos caros para sentir-se mais seguro do que cobrar dos governantes melhores resultados. A palavra “preferir”, talvez tenha sido mal empregada, sentir-se obrigado a abrir mão do público e ir em busca do privado pode ser mais pertinente, todavia, o que a população

tem feito para tentar melhorar e garantir seus direitos na área da segurança pública? Quais são os meios disponíveis para que a população participe dos processos decisórios sobre a segurança?

De acordo com o representante do Escritório de gestão da SDS a população pode auxiliar no combate a violência através de meios como: Disque Denúncia, De Olho na Rua, Quadrante de Segurança da Polícia Amiga, Ouvidoria, Corregedoria, além da disponibilidade das forças policiais nas Delegacias de Polícia Civil e Batalhões de Polícia Militar.

Alguns acreditam que a resolução dos problemas sociais e da violência é algo alheio a suas ações como mostram os relatos abaixo:

Se eu for procurar saber, vou ver que estamos piores do que eu pensava. Prefiro viver na ignorância do que com mais medo do que já tenho. (Designer, 25 anos, residente na av.17 de agosto, Casa Forte)

O governo tem que assumir de frente o problema da violência, dando prioridade a educação através da escola [...] basta tirar as crianças e os jovens das ruas, promovendo-as social e culturalmente (Aposentada, 65, residente na av. Boa Viagem)

Outros, porém, entendem a importância da participação da população para a garantia de seus direitos:

Infelizmente a cidade do Recife não tem estrutura para suprir, com qualidade de vida, toda a população, agravando a violência. No entanto, a falta de ação da população é um problema muito maior. Vale salientar que, durante todo o sec.XX se foi às ruas reivindicar melhores condições, entretanto, hoje, com problemas sociais gritantes, o país não assiste a grandes mobilizações. Por isso, pode-se dizer que uma parcela da responsabilidade da criminalidade é nossa, cidadãos que sofrem com a violência. (Estudante, 18, residente em Casa Forte)

Sendo assim este debate não deve limitar-se ao que é certo ou errado, mas ao que se pode fazer a respeito. Enquanto o medo comanda as ações das pessoas a cidade configura-se sob os moldes dos serviços privados, privilegiando alguns em detrimento da maioria.

Considerações Finais

Quando se tem uma noção superficial sobre um dado fenômeno, parece mais fácil delimitar uma hipótese e tecer conclusões a respeito, pois tendemos a perceber apenas uma face do problema. Em um tema como a violência, multifacetado, quanto mais se conhece a respeito percebe-se que suas causas e conseqüências são complexas e não facilmente perceptíveis, por isso, fazer conclusões a esse respeito com pouco tempo de pesquisa seria arriscar-se a retornar a uma visão simplista. Contudo, fora possível apreender fatores relevantes e norteadores que nos permite tecer algumas considerações sobre o problema e tentar dar contribuições através da visão geográfica e das peculiaridades apreendidas em trabalho de campo, pois acreditamos que as particularidades locais podem auxiliar o entendimento das diferentes formas de como a violência urbana se manifesta e se materializa, servindo como contribuição para estudos comparativos com outras localidades propiciando assim, uma percepção mais abrangente do problema.

Hoje, os altos muros, a vigília constante e a limitação da liberdade de ir e vir aos cidadãos considerados “livres” anuncia um novo período histórico, dotado de uma racionalidade irracional que fragmenta e perpetua as desigualdades sócio-espaciais. Desenvolvem-se técnicas para auxiliar a vida, mas permite-se que as técnicas substituam os valores humanos. Vida sem valores, espaços de imobilidade e seletividade, são as características presentes e futuras de nossas cidades.

O medo da violência e as preocupações em torno da segurança afeta países em todo o mundo. O Brasil, país em fase de crescimento, mas que conserva ainda problemas estruturais históricos torna-se palco para diversas manifestações de violência, sobretudo, em suas metrópoles. A cidade do Recife, além dos problemas comuns as grandes cidades, possui peculiaridades que influenciam o processo de construção das cidades do medo, como por exemplo, sua heterogênea ocupação sócio-territorial que permite a convivência entre classes economicamente distintas. Entretanto esta convivência pacífica é apenas ilusória, pois o medo do outro esta presente na arquitetura e nos hábitos da população. Os diversos aparatos de proteção que proliferam na cidade são a representação simbólica de que vivenciamos um período onde as exclusões são praticadas através da valorização dos espaços privados e vigiados e da estigmatização de espaços que dispõem de infra-estrutura precária, como os

bairros de populações carentes, trazendo a tona velhos mitos e preconceitos através da associação entre pobreza e violência. Além disso, essa tendência a fragmentação espacial aponta para um futuro com a formação de verdadeiros corredores de exclusão como os condomínios e ruas fechadas.

Se a parcela da população que tem acesso a informação e que possui um maior poder reivindicatório, pelo pagamento regular de seus impostos, abre mão de seus direitos e não participam do processo decisório para melhoria de serviços públicos essenciais, o futuro de muitos ficará a cargo das decisões de poucos, o que já fora comprovado ao longo da história, só mantém as desigualdades sócio-espaciais, causa motriz dos muitos problemas que enfrentamos. Aderindo mais uma vez ao setor privado como se fez na educação e na saúde, enfraquecem o poder reivindicatório da população pela melhoria do serviço público. E assim, arcam com as despesas da construção de uma cidade fragmentada e violenta. É claro que numa época dominada pela barbárie todos querem estar protegidos, mas não se pode permitir que nossas atitudes substituam nossos valores e pensar nas conseqüências futuras de nossas ações atuais.

No caso da segurança pública, uma maior participação popular deve ser reivindicada, assim como, uma maior abertura para o tema através de instrumentos como o Orçamento Participativo. Buscar meios para a cobrança de resultados, clareza das informações e a intolerância à corrupção e a impunidade, pode ser o começo para a elaboração de soluções mais democráticas.

Já está claro que para o problema da violência não há uma solução única, e sim que é preciso uma série de ações que vão de políticas públicas efetivas de inclusão social a ações de manutenção da ordem e combate ao crime. Está claro também que o problema da violência é também um problema de ordem psíquica, ou seja, que o medo decorrente da violência está por traz de muitas ações praticadas pela população, ações pautadas no individualismo e na valorização dos serviços privados. Por isso, políticas que visem apenas à redução de índices não são suficientes para tornar a cidade mais segura perante a opinião pública. É preciso desenvolver ações que combatam também o medo da população através da promoção da revalorização dos espaços públicos, não só aqueles que despertam interesses econômicos, pois quanto mais dinâmico o espaço, com uma infra-estrutura que atraia a presença humana, maior a sensação de segurança de seus usuários. É importante também desenvolver campanhas que

promovam a retomada das relações de vizinhança e solidariedade, pois estas práticas promovem a tolerância e reforçam a vigilância natural.

É através da reivindicação de nossos direitos como cidadãos, e de serviços com uma operacionalidade espacial mais justa e igualitária, que poderemos minorar a barbárie que assola a sociedade brasileira e vislumbrar uma perspectiva de futuro menos alarmante.

Referências

ABESE. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.abese.org.br>>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. **Medo, Violência e Insegurança**. In: LIMA, Renato S. de; PAULA, Liana de (orgs) *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama KURY. 3ª ed. Brasília: UNB, 1997. .

BAUDRILLARD, Jean. **The Violence of the Global**. Tradução do francês: François Debrix. Disponível em: <<http://www.egs.edu/faculty/baudrillard/baudrillard-the-violence-of-the-global.html>>. Acesso em: 14/03/2009.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____; **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

(BIFO) Francisco Bernardi. **A Fábrica da Infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005

BOTELHO, Thatyane L. **Visão Sistêmica e Perceptiva da Pobreza no Imaginário do Medo Pós-moderno: reflexos espaciais na cidade do Recife**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BRASIL. **Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Disponível em: < <http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 21 de julho de 2009.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.

BUTINA, Georgia. **The use of Urban History in The Design of local Urban Areas**. In: *Urban Design Quaterly*, nº 25, 1987.

CALDEIRA, Tereza P. do R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2003.

_____; **Medo da Cidade**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/330,1.shl> . Acesso em 15/10/2008.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTILHO, Claudio, J. M. de. **Serviços e Organização do Espaço Urbano: primeiros apontamentos sobre o processo de formação de uma “geografia dos serviços”**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Polis Grega e a Criação da Democracia**. In As Encruzilhadas do Labirinto II: Os Domínios do Homem, tradução de José Oscar de Almeida Marques, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito chave na Geografia**. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo C. da C. CORREA, Roberto L.(orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____; **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Antonio A. da; SÁ, Alcindo J. **Metamorfoses dos Espaços Públicos: o medo que transforma as praças em percursos tangenciáveis**. In: SÁ, Alcindo J. (org.) “Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”, Recife: [s.n.], 2007.

COSTA, Humberto. **Espaços Urbanos Seguros**. Secretaria das Cidades, 2008. Disponível em: < http://www2.cidades.pe.gov.br/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1381.55>. Acesso: 10/01/2010.

CRUZ, Luciana M., SÁ, Alcindo. J. **Morfologias Urbanas do Medo**. In: II.Simpósio Internacional sobre as Geografias da violência e do medo, 2008, Recife, Anais..., Recife, UFPE, 2008. 1 CD-ROM.

CRUZ, Luciana, M. **Da Violência da Globalização a Globalização da Violência**. In: VII Encontro Nacional e I Encontro Internacional com o pensamento de Milton Santos, 2009, Natal, Anais...Natal, UFRN, 2009 .1 CD-ROM.

CUBAS, Viviane de O. **Segurança Privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo**. São Paulo: Humanitas – FAPESP, 2005.

CUNHA, Patrícia. **Telejornalismo, Medo e Coesão Social: um estudo sobre representações da violência na mídia**. In: SÁ, Alcindo J. (org.) “Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”, Recife: [s.n.], 2007.

DIAS, Ana R. F. **O Discurso da Violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral**. Traduzido por Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FAJNZYLBBER, Pablo; ARAÚJO JR, Ary de. **Violência e Criminalidade**, CEDEPLAR, UFMG. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD% 20167.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20167.pdf)>. Acesso em: 28 de fev de 2007.

FENAVIST. **Estudo do Setor de Segurança Privada (II ESSEG)**, Mezzo Planejamento, Ed. Segmento, 2º edição, São Paulo, 2005.

FERRAZ, Sônia M. T.; MATOS, Gustavo J. **Arquitetura da Violência: afinal, quem manda e desmanda na nossa segurança?** In: Encontro da UGI – União Geográfica Internacional, 2005, Globalização e Marginalização, Natal, Anais..., Natal, UFRN, 2005, v. único.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. R. Ramalhete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRUGOLI JR, Heitor. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GOMES, Paulo C. da C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Pacto Pela Vida – Estatísticas**. Disponível em: < [http://www. Pactopelavida.pe.gov.br](http://www.Pactopelavida.pe.gov.br)>. Acesso em: 14 de outubro de 2009.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Polícia Militar de Pernambuco** - Diretoria Geral de Operações da Polícia Militar, 2007.

HONORATO, Naiane C.; CEMIM, Arneide B. **Gênero e Homicídio: cotidiano, imaginário e rede social**. Disponível em: <[http://www.pibic.unir.br/pdf/HUMANAS%20E%20SOCIAIS/NAIANE%20CAMARGO% 20HONORATO%20RES.pdf](http://www.pibic.unir.br/pdf/HUMANAS%20E%20SOCIAIS/NAIANE%20CAMARGO%20HONORATO%20RES.pdf)>. Acesso em: 06 de abril de 2009.

MACHADO, Eduardo. **Tiros Certeiros na Violência**. JORNAL DO COMMERCIO, Recife, 6 dez. 2009. Cidades, p.8.

MELGAÇO, Lucas de M. **O Uso do Território pela Violência**. In: SOUZA, Maria A. **Território Brasileiro: Usos e Abusos**, São Paulo: Territorial, 2003.

_____; **Da Psicofera do Medo à Tecnosfera da Segurança**. In: SÁ, Alcindo J. (org.) “Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”, Recife: [s.n.], 2007.

MENDONÇA, Eneida M. S. **Apropriações do Espaço Público: alguns conceitos**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, ano 7, nº 2, 2º sem. de 2007.

MONTEIRO, Circe M. G.; LANICELLI, Ana C. P. **Padrões Espaciais de Crimes Urbanos**. In: Seminário Espaços Urbanos Seguros, 2008, Recife. Disponível em: <<http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/eventsP-20080916.html>> Acesso em: 10/11/2008.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUSUMECI, Leonarda. **Serviços Privados de Segurança e Guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD-1985/95**. IPEA, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0560.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2009.

NASCIMENTO, Elimar P. **Violência Urbana: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX**. In: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, M. do Rosário N. (orgs) Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais, PE, FUNDARJ, Massangana, 2002.

PEDRAZZINE, Yves. **A Violência das Cidades**. Tradução de Giselle Unti, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

QUEIROGA, Eugenio F. **A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, SP, 2001.

RATTON JR, José L. A. **Racionalidade, Política e a Normalidade do Crime em Émile Durkheim**. Argumentum, Recife, v.1, p. 111-130, 2005. Disponível em: <<http://www.maristaspe.com/argumentum/volume1/ratton.pdf>>. Acesso em: 15/12/2009.

_____; **Dilemas e desafios dos novos rumos da Segurança Pública**. JORNAL DO COMMERCCIO, Recife, 15 abr. 2001, a II. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2001/1504/cd1504_4.htm>. Acesso em: 30/11/2009.

_____; **Pôr fim ao crime não significa acabar com os pobres**. JORNAL DO COMMERCCIO, Recife, 14 ago. 2002, Raízes da violência II. Disponível em: <<http://jc3.uol.com.br/jornal/noticias/ler.php?codigo=20148&canal=74>>. Acesso em: 30/11/2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAU, Macarena. **Prevenición de la Delincuencia Mediante el Diseño Ambiental**. In: Seminário Espaços Urbanos Seguros, 2008, Recife. Disponível em: <<http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/eventsP-20080916.html>> Acesso em: 10/11/2008.

RECIFE. Prefeitura et. al. **Desenvolvimento Humano no Recife: atlas municipal**. Recife, 2005. CD-ROM.

RIQUE, Célia D. G. [et al.], SOUZA NETO, Antonio T. [et al.] (colab). **A criminalidade no Recife: um problema de amplitude nacional**, GAJOP, Recife: Bagaço , 2005.

RUBIO, David Sanchez. **Sobre la Racionalidad Económica Eficiente y Sacrificial, la Barbarie Mercantil y la Exclusión de los Seres Humanos Concretos**. In: II Simpósio Internacional sobre as Geografias da violência e do medo, 2008, Recife, Anais..., Recife, UFPE, 2008. 1 CD-ROM.

SA, Alcindo Jose. **O Brasil Encarcerado: das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: Uma geografia do medo**. Recife: Universitária-UFPE, 2005.

_____; **Geografia do Direito: as normas como formas sócio-espaciais**. Recife: Universitária-UFPE, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____; **O Espaço do Cidadão**. 3ªed. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____; **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2003.

_____; **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004 (1978).

_____; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____; **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008 a.

_____; **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2008 b.

SAPORE, Luís F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL/Pernambuco. **Ocorrências 2007 a mar/2009**. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br>>. Acesso em: 13 de outubro de 2009.

SENNETT, Richard. **A cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Luciana S.; BITOUN, Jan. **Reflexões Conceituais acerca do Conceito de Segregação Residencial e sua Aplicação na Cidade do Recife – PE**. In: XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2009, Brasília, Anais..., Brasília, UNB, 2009.

SOBARZO, Oscar. **A produção do Espaço Público: da dominação a apropriação**. São Paulo: Espaço e Tempo, nº 19, p. 93-111, abr. 2006.

SOUZA, Marcelo L. de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo C. da C. CORREA, Roberto L.(orgs) Geografia: Conceitos e Temas, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, Exclusão Social e Modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do Medo**, Trad. Livia de Oliveira, São Paulo: UNESP, 2005.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**, São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

ZALUAR, Alba. **Para não dizer que não falei de Samba: os enigmas da violência no Brasil**. In: SCHWARCZ, Lília; NOVAIS, Fernando. (orgs). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZANETIC, André. **A Questão da Segurança Privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, SP, 2005.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros**: versão para web. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde - Ministério da Justiça, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tema: **Violência e Segurança em Recife – PE**

Mestranda: **Luciana Maria da Cruz**

Questionário

Apenas o primeiro nome:			
Idade:	Sexo:	Escolaridade:	Ocupação:

1- Onde mora (rua e bairro) e há quanto tempo:

2- Tipo de residência:

Apartamento () Casa ()

3- Qual a sua opinião sobre a violência na cidade do Recife nos últimos anos?

(a) aumentou (b) permaneceu como estava (c) diminuiu

4- Sente-se seguro no bairro onde mora?

(a) Sim (b) Não

5- O que mais o incomoda em seu bairro e nos lugares de um modo geral (Apenas uma alternativa)?

(a) Falta de policiamento (b) Falta de Iluminação (c) proximidade de favelas

(d) Outros:

6- Sua residência possui algum(s) dos artigos abaixo? (Pode haver mais de uma alternativa).

(a) muro com altura superior a 1,5m

(b) grades

(c) cerca elétrica

(d) alarme contra roubo

(e) detector de movimento

(f) garras, vidros nos muros

(g) câmeras de vídeo

(h) contrato com firma de vigilância privada

(i) cães de guarda

(j) controle de acesso (porteiro)

(l) Existe vigia de quarteirão

7- Sente-se mais seguro com os itens acima relacionados?

(a) sim (b) não, Por quê?

8- O que o levou a adquirir/usar esses itens de segurança e desde quando o possui (apenas uma alternativa)?

- (a) Proteção (já foi vítima de crime no lugar onde mora)
 - (b) Prevenção (não foi vítima de crime no lugar onde mora)
 - (d) Outro motivo, qual?
-

9- Acaso resida em condomínio cujos equipamentos de segurança já existiam antes da sua chegada, esses equipamentos tiveram peso na sua decisão de compra ou aluguel do imóvel?

(a) Sim (b) Não

10- Você foi vítima de algum desses atos criminosos nos últimos anos? (Pode haver mais de uma alternativa)

- (a) Furto
 - (b) Roubo de celular
 - (c) Roubo de outros objetos
 - (d) Roubo de veículo
 - (e) Roubo na sua residência
 - (f) Agressão física
 - (g) tentativa de homicídio
 - (h) seqüestro
- Em que ano: _____
- (i) não foi vítima de nenhum crime

11- O crime aconteceu:

(a) em casa (b) na rua onde mora (c) no bairro onde mora (d) outros, onde?

12- Foi registrado boletim de ocorrência?

1-sim

A ação da policia foi satisfatória?

2-não

Por que não foi registrado?

- (a) O objeto roubado era de pouco valor
- (b) falta de tempo
- (c) não confia na ação da policia
- (d) medo de represália

13- Seus vizinhos, parentes ou amigos já foram vítimas de algum crime na rua onde você mora?

- (a) sim (b) não

14- Algum familiar ou amigo próximo foi vítima de algum crime na cidade do Recife?

- (a) sim (b) não

15- Qual o principal meio de comunicação através do qual você toma conhecimento sobre a violência?

- (a) TV (b) rádio (c) jornal impresso (d) internet (e) conversas

16- Que medidas você acha que seriam eficazes para reduzir a violência na cidade e para que as pessoas sintam-se mais seguras? Selecionar 1º, 2º e 3º lugar.

- (a) Penas mais rigorosas ()
(b) aumento do policiamento ()
(c) acesso a segurança privada ()
(d) remoção de favelas ()
(e) programas de combate a pobreza ()
(f) outros:
-

17- Que tipo de ambiente lhe causa mais temor?

- (a) Favelas
(b) Ambientes públicos
(c) Bairros que aparecem nos noticiários sobre violência
(d) outros:
-

18- Com relação a seus hábitos e de sua família, o que fazem para evitar a violência, para se sentirem mais seguros?

- (a) Evitam sair à noite
(b) Evitam passar por lugares considerados perigosos na cidade
(c) Evitam contato com pessoas estranhas
(d) Mantém as portas sempre fechadas
(e) Evitam usar ambientes públicos (Ex: prefere fazer compras no shopping do que nas ruas , prefere encontrar com amigos em clubes ou áreas de lazer de condomínios do que nas praças, etc.)
(f) outros:
-

19 - Você acompanha os índices de violência?

- (a) Não
(b) Sim. Sente-se mais seguro com os resultados? ()sim () não

20- Qual a sua opinião sobre as medidas dos órgãos de segurança pública para o controle da violência?

- (a) Não sei o que está sendo feito
(b) Estou a par e acho ineficaz
(c) Estou a par e acho um bom serviço
Opinião livre:
-

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (COM REPRESENTANTE DA SDS)

- 1) Qual o panorama atual da violência no Estado e na Região metropolitana do Recife?
- 2) Atualmente quais os bairros com maior número de CVLI e CVP de Recife?
- 3) Quais são as principais medidas que estão sendo executadas para combater a violência no Estado e Região metropolitana?
- 4) Como é distribuído o efetivo policial no Estado e Região metropolitana?
- 5) Qual será o destino dos novos policiais em treinamento?
- 6) Existe alguma medida que vise minorar diretamente a sensação de insegurança da população?
- 7) Quais são os métodos preventivos adotados pela polícia?
- 8) Como é visto pela SDS a expansão do mercado privado da segurança? Como um auxílio?
- 9) Os meios de comunicação ajudam ou atrapalham?
- 10) Quais os principais problemas enfrentados pelos órgãos de segurança hoje?
- 11) Em sua opinião, quais seriam as principais causas para o aumento da violência nos últimos tempos?
- 12) O Senhor (a) acredita que a ocorrência de crimes na cidade justifica a sensação de medo generalizada da população?
- 13) Como a população deve se comportar ou como pode auxiliar no combate a violência na cidade?

ANEXOS

ANEXO A – RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DE PERNAMBUCO.

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA - SISVIP

***** DATA DE EMISSAO - 12/01/2010 PAGINA - 0025 *****

*** RELACAO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA POR U.F. - PERNAMBUCO ***

----- RAZAO SOCIAL -----	NR.DO C.N.P.J.	ATIVID
AGENT'S VIGILANCIA LTDA	35618909000192	VIGIL.
AGENTES SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	02429497000193	VIGIL.
AGRESTE CURSO DE FORMACAO DE VIGILANT	05819282000177	ESCOLA
AGUIA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	1151 861000143	VIGIL.
ATENTO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMON	06514695000297	VIGIL.
ATENTO VIGILANCIA E SEGURANCA DE VALO	00812377000145	VIGIL.
BBC - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA.	03401987000144	VIGIL.
BRASAO SERVICOS DE SEG. E VIG. PATRIM	03030416000140	VIGIL.
BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VAL	60860087019975	VIG+TV
BRINKS SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALO	60860087014230	T.VAL.
BV VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES	06213039000254	VIG+TV
CASAFORTE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	03019133000106	VIGIL.
CEFOPR SEGURANCA PRIVADA LTDA	07608821000235	VIGIL.
CENTRO DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO	11433190000408	ESCOLA
CONDOPRES SEGURANCA LTDA	05562279000110	VIGIL.
CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICUL	07957111000482	VIG+TV
DINAMO VIGILANCIA LTDA.	70237672000109	VIGIL.
E & S SEGURANCA LTDA.	04896282000108	VIGIL.
EAGLE SECURITY VIP EMPRESA DE SEGURAN	06996393000111	VIGIL.
EDUVIRGENS SEGURANCA PRIVADA LTDA	05369000000187	VIGIL.
EMPROTEG - PROTECAO E SEGURANCA LTDA.	05000979000111	VIGIL.
EMVIPOL- EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGU	35290931000318	VIGIL.
ENIGMA VIGILANCIA LTDA	05124658000129	VIGIL.
ESSENCIAL SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	02958245000151	VIGIL.
GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	87169900001206	VIGIL.
GUARDIOES VIGILANCIA E TRANSPORTE DE	41053109000174	VIG+TV
GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTD	42035097000207	VIGIL.
HATENA SEGURANCA LTDA	09345176000150	VIGIL.
INTERFORT SEGURANCA DE VALORES LTDA	04008185000212	VIGIL.
IRB - EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSP	65858592000122	T.VAL.
JAGUAR PETROLINA SEGURANCA PRIVADA LT	07699882000174	VIGIL.
JALFORT SEGURANCA LTDA.	06036457000132	VIGIL.
KLAUS COSTA SEGURANCA E VIG DE VALORE	00517504000183	VIGIL.
LISERVE CURSOS DE SEGURANCA E FORMACA	12850202000101	ESCOLA
LISERVE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE V	08165946000110	VIG+TV
MANDACARU VIGILANCIA LTDA	03591143000103	VIGIL.
MARCUS LIMAVERDE CABRAL DE OLIVEIRA M	10761870000137	ESCOLA
MP SEGURANCA PRIVADA LTDA-ME	09310232000110	VIGIL.
MULTIPLA SEGURANCA LTDA.	06914655000151	VIGIL.
NORDESTE CURSO DE FORMACAO DE VIGILAN	09461393000105	ESCOLA
NORDESTE SEGURANCA DE VALORES LTDA	11013117000126	VIG+TV
NORDESTE TRANSPORTE DE VALORES LTDA	05194878000129	VIG+TV
NORDESTE TRANSPORTE DE VALORES LTDA.	05194878000200	VIG+TV
NORDESTE TRANSPORTE DE VALORES LTDA.	05194878000390	VIG+TV
OBJETIVO CURSO DE FORMACAO DE VIGILAN	24070476000167	ESCOLA
PERFIL - SEGURANCA PRIVADA LTDA	10542022000137	VIGIL.
PERFORMANCE FORMACAO DE VIGILANTES LT	41023607000174	ESCOLA
PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VA	11179264000170	VIG+TV
PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VA	11179264000502	VIG+TV
PRESERVE SISTEMAS DE VIGILANCIA LTDA	02196403000183	VIGIL.
REDENTOR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	01696924000137	VIGIL.
REMOCAO CERTIDAO - DRITRIBUIR E ENCAM	83875677000109	VIG+TV
RIMA SEGURANCA LTDA	09081459000131	VIGIL.
ROBERIO II SEGURANCA E VIGILANCIA LTD	75860223000128	VIG+TV
SECURITY CENTER DO BRASIL CENTRO DE F	03563674000192	ESCOLA
SEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	05875027000141	VIGIL.
SEGNOR SEGURANCA PRIVADA LTDA	05832256000189	VIGIL.
SEMPRE FORT SEGURANCA PRIVADA LTDA	08068307000136	VIGIL.
SENA SEGURANCA INTELIGENTE E TRANSPOR	00621158000189	VIG+TV

SERTAO - ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILA	04857939000128	ESCOLA
SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE	12066015001022	VIG+TV
SERVIS SEGURANCA LTDA	07945678000609	VIGIL.
SIGA SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	05037406000162	VIGIL.
SIMAS CURSO DE FORMACAO DE VIGILANTES	07225894000167	ESCOLA
SIMAS SEGURANCA LTDA.	05005057000105	VIGIL.
SOSERVI VIGILANCIA LTDA.	11572781000105	VIGIL.
SPARTTA - FORMACAO PROF EM SEG PATRIM	01556478000165	ESCOLA
SPARTTA FORMACAO PROFISSIONAL EM SEGU	01556478000246	ESCOLA
TESTE - CERTIDOES - ESPECIALIZADA	28265333000161	VIG+TV
TKS SEGURANCA PRIVADA LTDA	07774050000175	VIGIL.
TRANSVAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	05061216000180	VIGIL.
TRANSVAL-TRANSPORTE SEGURANCA E VIG D	35684521000190	VIG+TV
TWISTER SEGURANCA PRIVADA LTDA ME	07052708000135	VIGIL.
URBANO SEGURANCA PRIVADA PERNAMBUCO L	07953451000192	VIGIL.
V & S SEGURANCA PATRIMONIAL DO NORDES	11092610000189	VIGIL.
VIP VIGILANCIA PRIVADA LTDA	02023407000240	VIGIL.
XERIFE VIGILANCIA LTDA	09543683000106	VIGIL.

*** TOTAL DE EMPRESAS NA U.F. = 0077 ***